

PUC

CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA



NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Profª Maria Salete Zulzke Trujillo

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 - 13001-970 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXIII - Nº 182 ISSN-0101-4919 JULHO - SETEMBRO 2001

SUMÁRIO

Estrangeiros que escreveram sobre a Amazônia.....	211
Odilon Nogueira de Matos	
O retrato, a fotografia e os Barões do Café	220
Duílio Battistoni Filho	
Massangana	226
Leonardo Dantas Silva	
Na atualidade o propósito do debate sobre a imprensa negra paulista ...	231
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Antônio Alcântara Machado, o rapsodo da Paulicéia.....	237
Mário Pires	
Mato Grosso do Sul	242
Marcelo de Azevedo Pena Chaves	
Editora Vozes: transparência e permeabilização	249
Mário Barata	

Constantina Araújo, uma soprano brasileira em palcos europeus	253
José Carlos Neves Lopes	
Província de Resende	257
José Eduardo de Oliveira Bruno	
A obra de Paul Ehrenreich	262
Egon Schaden	
A construção de Colorado	267
Fernando Whitaker da Cunha	
Carlos Gomes em Milão	270
Visconde de Taunay	

De uma pasta de velhos recortes

Romances que nascem de São Paulo	276
Ernani Silva Bruno	

Textos (Sugestões para seminários)

O Congresso de Viena (Talleyrand)	279
Ameaças holandesas (Rocha Pita)	280

Estrangeiros que escreveram sobre o Brasil

Claude D'Abbeville (? - 1632)	282
-------------------------------------	-----

Seleta

Da beleza da Ilha do Maranhão e circunvizinhanças	284
Claude D'Abbeville	

Rabiscos de um escrevinhador

Um mineiro da Campanha	288
Rondon/Rondônia	289
Bela reedição de um precioso roteiro	291
Um sacerdote franco-gaúcho	292

ESTRANGEIROS QUE ESCREVERAM SOBRE A AMAZÔNIA

Odilon Nogueira de MATOS

Dentre os numerosos livros deixados pelo historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis (1906-1993) destaca-se **Paulistas na Amazônia e outros** ensaios, incluído originalmente no volume 175 da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” e pouco depois tirado em separata pela Imprensa Nacional (1941). Datando já de mais de meio século, é hoje obra bastante rara. Entre os “outros ensaios” que figuram no volume, dois merecem a nosso ver, especial destaque (sem desdém para os demais, é claro) por versarem assunto que ultimamente vem sendo deveras considerado na bibliografia histórica brasileira.

O primeiro é sobre “La Condamine na Amazônia” e o segundo intitula-se “Naturalistas na Amazônia colonial”. Charles Marie de La Condamine (1701-1774) é das figuras mais expressivas da história da ciência. Enviado à América do Sul, juntamente com outros cientistas, pela Academia das Ciências de Paris, com a incumbência de medir o arco do meridiano na região equatorial, a fim de confirmar ou não o que a ciência da época dizia acerca da configuração da terra, trabalhou intensamente no Peru e no Equador.

Cumprida sua missão, dediciu-se a voltar à Europa pelo Amazonas, “qui passe avec raison pour la plus grande revière du monde”. Era o “sabor do inédito”, comenta Arthur Reis. E acrescenta: “A peregrinação pela selva equatorial, de onde vinha tanto mistério, sobre que se afirmava tanta curiosidade, traria motivos mais interessantes que a Europa, toda interessada no exotismo desses pedaços que estavam sendo revelados, de certo apreciaria”.

Tomando contato com a terra e o homem das Américas (espanhola e portuguesa), La Condamine soube senti-los e compreendê-los. Tenhamos em conta, antes de tudo, o quanto a política, tanto de Portugal como da Espanha, era rigorosa para com os estrangeiros. Portugal mais ainda que a Espanha, como o prova o incidente ocorrido com “um tal barão de Humboldt”, que foi preso por ordem do governo do Maranhão, depois de ter andado à vontade por terras da América Espanhola.

Entretanto, com La Condamine, a coisa foi diferente. Teve a “entrada larga, folgada, cercada de garantias, de franquias quase escandalosas”, ainda na observação do historiador amazonense. Em troca, La Condamine portou-se dignamente. “O que viu de mau descreveu sem rigores berrantes; o que lhe pareceu bom, mereceu-lhe o registro cheio de simpatia.”

No que toca a explorações geográficas, procurou retificar os enganos de Samuel Fritz, que, a serviço de Espanha, traçou, no começo do século XVII, o primeiro mapa do grande rio. Visitou as missões dos carmelitas, que lhe pareceram superior às do Peru. Anotou o uso pelos cambebas de artefatos de borracha. Não foi, na realidade, o primeiro a referir-se ao catchu. Antes dele, frei Manuel da Esperança já o fizera. Mas La Condamine divulgou a borracha na Europa, dando renome e fama ao produto que marcaria por mais de um século o panorama econômico da região.

No documento em que se pedia licença para que La Condamine e seus companheiros viajassem pelo Amazonas, determinou o rei de Portugal não só que se desse a solicitada licença, como ainda que ela fosse complementada “com todo o auxílio e favor de que necessitem para a dita viagem”, e que em qualquer lugar aonde chegassem os ilustres acadêmicos “fossem tratados com atenção”... Realmente, são ventos novos que estavam a soprar pelo Brasil. Mas, lamenta-se que a ocorrência não se tenha generalizado, pois em outras regiões do País o comportamento das autoridades foi bem diverso.

Ficou feliz La Condamine quando, em Belém do Pará, lhe deram como alojamento “maison commode et richement meublée”, com jardim donde se avistava o mar, portanto lugar ideal para as suas observações. Notou um eclipse, o primeiro na região observado cientificamente. Mas apavorou-se com a epidemia da varíola que grassava

no Pará. Registra que a vacinação utilizada pelos carmelitas no começo do século com grande êxito já não estava sendo empregada como devia, o que era deveras lamentável, dada a eficácia do resultado do tratamento.

Na Europa, La Condamine diria coisas amáveis a nosso respeito, apesar de lamentar a “velha, ruidosa e desagradável contenda” que o Brasil vinha sustentando com os espanhóis a propósito das fronteiras.

Sua **Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale**, publicada em 1778, causou sensação. “A Amazônia - conclui Arthur César Ferreira Reis - lhe tinha parecido um deslumbramento pelo pitoresco, pelo inédito de sua esplendorosa natureza, pela bondade de seus naturais (...) Em sua obra, riscou um panorama exato, cheio de vida, de interesse, da selva amazônica, de sua gente, de sua natureza robusta, de seus multiformes aspectos. Abrindo caminho à multidão de naturalistas de toda espécie...”

Registre-se que a obra de La Condamine mereceu três traduções no Brasil, duas no ano de 1944: a de Cândido Jucá Filho e Basílio de Magalhães (Editora Epasa) e a de Aristides Àvila (Edições Cultura); e muitos depois (1992) a de Maria Helena Franco Martins (Nova Fronteira/Edusp).

Da viagem do cientista francês resultou praticamente o descobrimento do norte do Brasil à ciência universal, nas mais diversas áreas: botânica, zoologia, geologia, geografia, antropologia, etnografia, que todas elas foram durante os séculos XIX e XX objeto de investigações da mais variada procedência por parte de naturalistas alemães, ingleses, norte-americanos, franceses, italianos, espanhóis, todos deixando obras importantíssimas para o conhecimento da região. “Abrindo caminho à multidão de naturalistas de toda espécie”, para repetir mais uma vez a frase de Arthur Reis.

E isso, sem contar a valiosa e nunca assás louvada obra de reconhecimento geográfico e levantamento cartográfico, como decorrência inevitável dos tratados de limites do século XVIII, com os quais - poder-se-á dizer - a Amazônia entrou para a História.

Realmente, o século XIX vê a abertura do Amazonas ao comércio internacional e, com os comerciantes, vêm naturalistas de toda espécie. Muitos deles andaram antes pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais,

prolongando suas jornadas até ao norte do país. Mas, muitos outros não se interessaram pelo sul e sudeste, concentrando seus objetivos no vale amazônico. As obras de uns e outros, em boa parte encontram-se traduzidas, razão pela qual esta nota vai ater-se a esses autores que já podem ser lidos em nossa língua, dando assim a ela um cunho prático, pois as edições originais desses autores são raríssimas, cotadas, quando aparecem, por preços fabulosos nos grandes alfarrabistas internacionais.

À primeira categoria - os que visitaram primeiramente o Brasil de sudeste e depois prolongaram suas viagens à Amazônia - pertencem Spix e Martius, Agassiz, Avé-Lallement, Kidder, Alberto da Prússia e Hartt. Entre os que estiveram apenas na Amazônia: Bates, Coudreau, Wallace, Maw, d'Orbigny, Rice, Carvajal, Rojas e Acuña.

Estes três últimos pertencem à fase que chamaríamos de "pré-lacondamínica". Foram companheiros dos primeiros exploradores do rio-mar, ainda no século XVII, estando um deles vinculado à famosa expedição de Pedro Teixeira, que, naquela centúria desceu o grande rio quase que das nascentes à foz. Seus relatos de viagem encontram-se publicados num só volume, organizado por Cândido de Melo Leitão, que o intitulou **Descobrimientos do Rio das Amazonas**, publicado na importante coleção "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional, em 1941, infelizmente nunca reeditado, embora alguns desses relatos merecessem publicação avulsa.

Duas importantes coleções de estudos brasileiros - a já citada "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional, de São Paulo, e a "Reconquista do Brasil", da Editora Itatiaia, de Belo Horizonte - infelizmente nenhuma delas mais existente - dedicaram-se com o maior interesse à publicação de obras de viajantes estrangeiros que andaram pelo Brasil desde o século XVI até o início do século XX.

Na "Brasiliana" figuram as obras de suíço-americano Agassiz, dos ingleses Bates e Wallace, do francês Coudreau e do americano Hartt. Agassiz (1807-1873), embora tenha incorrido em afirmações não confirmadas pela ciência moderna no que se refere a problemas de glaciação, em nada teve abalado seu prestígio, dadas as inúmeras outras coisas valiosas que seu livro encerra. Fez sua viagem em 1865/66, acompanhado da esposa, Elizabeth Cary Agassiz, na realidade a autora do relato da viagem, cabendo ao marido as observações científicas. Livro, portanto, "a quatro mãos"...

Henry Walter Bates (1825-1892) viajou pela Amazônia durante onze anos, publicando em Londres, em 1863, seu **The Naturalist on the River Amazon**, que alcançou numerosas edições na Inglaterra, mas que só foi traduzido para a nossa língua em 1944.

Charles Frederick Hartt (1840-1878), depois de viajar longamente pelo país, fixou-se no Rio de Janeiro, onde veio a falecer. Foi o organizador da Imperial Comissão Geológica, entidade que, passando por inúmeras reformas estruturais e administrativas, ainda existe, com assinalada folha de serviços à ciência. Sua **Geologia e Geografia Física do Brasil**, publicada em Boston, em 1870, só foi posta ao nosso alcance em 1941.

Alfred Russel Wallace (1823-1913) foi um dos criadores (ao mesmo tempo que Darwin) do princípio da seleção natural e do evolucionismo. Sua obra, **A narrative of travels on the Amazon and Rio Negro, with an account of the native tribes and observations on the climate, geology and natural history of the Amazon valley**, foi publicada em Londres em 1889 e só apareceu em nossa língua em 1939 (Col. "Brasiliana", v. 156).

Quanto ao francês Henri Coudreau (1859-1899), que viajou em companhia de sua esposa, também cientista, e que encontrou a morte numa excursão ao norte do Pará, teve sua obra continuada pela viúva, que permaneceu ainda alguns anos no Brasil. Um dos livros de Coudreau, a **Viagem ao Tapajós**, de 1897, encontra-se na "Brasiliana", em edição de 1940.

Muitos dos livros aqui mencionados, divulgados primeiramente na coleção "Brasiliana", foram editados também pela Itatiaia, na igualmente preciosa série "Reconquista do Brasil", às vezes em traduções novas, outras vezes aproveitando as traduções já existentes. Assim aconteceu com as obras já citadas de Agassiz, Bates, Wallace e Coudreau, sendo que, deste autor divulgou a Itatiaia mais dois títulos: a **Viagem ao Xingu** e a **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**.

À mesma Itatiaia coube, ainda, divulgar as obras do Príncipe Adalberto da Prússia (1811-1873), **Brasil: Amazonas e Xingu**, a de Alcide D'Orbigny (1802-1875), **Viagem pitoresca através do Brasil**; e a de Hamilton Rice (1875-1956) **Exploração da Guiana Brasileira**; a de

Avé-Lallement (1812-1884), **Viagem pelo norte do Brasil**, cuja primeira edição brasileira fora promovida pelo antigo Instituto Nacional do Livro; e o segundo volume da **Reminiscências**, do reverendo Kidder (1815-1891), não cientista, mas missionário metodista, observador excelente da vida brasileira, cuja obra fora divulgada originalmente entre nós pela antiga Editora Martins, de São Paulo, em 1943.

Quanto à obra clássica de Spix e Martius, lembraremos ter ela sido divulgada entre nós, em primeira mão, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1938, numa edição comemorativa do centenário do Instituto. Retomada, depois, pelas Edições Melhoramentos (1976), acabou passando para o domínio da Itatiaia na já citada coleção "Reconquista do Brasil" (1981). É dos títulos mais valiosos de nossa xenobibliografia.

Completaremos este elenco com uma referência ao livro de Henry Lister Maw, **Journal of a passage from the Pacific to the Atlantic, crossing the Andes in the Northern Province of Peru, and descending the River Marañon, or Amazon**, publicado em Londres, em 1829. Foi talvez o único livro de viajante estrangeiro a ser traduzindo para o português logo após a publicação original, pois, na quase totalidade se teve que esperar por muitos anos (às vezes até mais de um século) pela divulgação em nossa língua dessas obras importantíssimas. A obra de Lister Maw, já em 1831 era traduzida e publicada a tradução em Liverpool. Tornou-se tão rara quanto a edição original, provavelmente até mais, donde a meritória iniciativa da Associação Comercial do Amazonas de reeditá-la facsimilarmente em belo volume publicado em 1989.

Eis o que dispomos - salvo eventuais omissões - em nossa língua do muito que foi escrito pelos estrangeiros que percorreram a Amazônia.

Em seu livro **A Amazônia e a cobiça internacional** (Rio de Janeiro, Gráfica Record, 1968), Arthur César Ferreira Reis refere-se a diversos outros viajantes que também escreveram sobre a região amazônica, mas cujos livros não se encontram traduzidos em nossa língua: os ingleses William H. Edwards (**A voyage up the River Amazon, including a residence at Pará**), Barwington Brown e William Lidestone (**Fifteen Thousand miles on the Amazon and its tributaries**); os franceses A. de Belmar (**Voyage aux provinces bresiliennes du Pará et**

des Amazonas en 1860, précédé d'un rapide coup d'oeil sur le litoral du Brésil), Marcel Monier (**Des Andes au Pará**), Auguste Plane (**L'Amazone**), Paul Walle (**Au pays de l'or noir**) e o norte-americano. J. Orton Kerbey (**An American Consul in Amazonia**). Do francês Belmar, tivemos oportunidade de publicar um excerto nesta mesma revista (nº 85, de 1977), não sobre a Amazônia, mas sobre o Ceará e que foi transcrito na revista do Instituto Histórico cearense.

Mais duas fontes valiosas para viajantes estrangeiros, mas sem os textos, o leitor interessado poderá encontrar nos livros **Geociências no Brasil**, de Othon Henry Leonardos (Rio de Janeiro, Forum, 1970/73) e **História das expedições científicas no Brasil**, de Cândido de Mello Leitão (volume 209 da coleção "Brasiliana", São Paulo, Editora Nacional, 1941).

*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DAS OBRAS TRADUZIDAS

ACUÑA, Cristobal - **Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas**. Trad. de um exemplar espanhol. Rev. do Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, tomo 28. Rio de Janeiro, 1865.

Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas. Trad. de Cândido de Mello Leitão, no volume **Descobrimientos do Rio das Amazonas**. São Paulo, Editora Nacional, 1941. Col. "Brasiliana", v. 203.

ADALBERTO da Prússia - **Brasil: Amazonas/Xingu**. Trad. de Eduardo Lima Castro; apres. e notas de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1977. Col. "Reconquista do Brasil", v. 34.

AGASSIZ, Luís e Elizabeth Cary - **Viagem ao Brasil, 1865-1866**. Trad. de Edgard Sussekind de Mendonça. São Paulo, Editora Nacional, 1938. Col. "Brasiliana", v. 95.

- **Viagem ao Brasil, 1865-1866**. Trad. de João Etienne Filho; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1975. Col. "Reconquista do Brasil", v. 12.

AVÉ-LALLEMANT, Robert - **Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859**. Trad. de Eduardo de Lima Castro. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1961.

No Rio Amazonas (1859). Trad. de Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1980. Col. "Reconquista do Brasil", nova série, vol. 20.

BATES, Henry Walter - **O naturalista no Rio Amazonas**. Trad., prefácio e notas de C. de Melo Leitão. São Paulo, Editora Nacional, 1944 2 vols. Coleção "Brasíliana", v. 237.

BATES, Henry Walter - **Um naturalista no rio Amazonas**. Trad. de Regina Régis Junqueira; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1979. Col. "Reconquista do Brasil", v. 53.

CARVAJAL, Gaspar de - **Descobrimento do rio das Amazonas**. No volume **Descobrimientos do Rio das Amazonas**, de Cândido de Melo Leitão. São Paulo, Editora Nacional, 1941. Col. "Brasíliana", v. 203.

COUDREAU, Henri - **Viagem ao Tapajós**. Trad. de A. de Miranda Bastos; notas de Raimundo Pereira Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1940. Col. "Brasíliana", v. 208.

Viagem ao Tapajós. Trad. de Eugênio Amado; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1977. Col. "Reconquista do Brasil", v. 44.

Viagem ao Xingu. Trad. de Eugênio Amado; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1977. Col. "Reconquista do Brasil", v. 49.

Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas. Trad. de Eugênio Amado; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1980. Col. "Reconquista do Brasil", v. 60.

D'ORBIGNY, Alcide - **Viagem pitoresca através do Brasil**. Trad. de David Jardim; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1976. Col. "Reconquista do Brasil", v. 29.

HARTT, Charles Frederick - **Geologia e Geografia Física do Brasil**. Trad. de Edgard Sussekind de Mendonça e Elias Dolianiti; introdução de Roquette Pinto. São Paulo, Editora Nacional, 1941. Col. "Brasíliana", v. 200.

KIDDER, Daniel P. - **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Províncias do Norte**. Trad. de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo, Martins, 1943. "Biblioteca Histórica Brasileira", v. 12.

Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Norte do Brasil. Trad. de Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1980. Col. "Reconquista do Brasil", v. 16.

LA Condamine, Charles-Marie de - **Viagem na América Meridional, descendo o rio das Amazonas**. Trad. Cândido Jucá Filho e Basílio de Magalhães; apresentação e notas de Basílio de Magalhães. Rio de Janeiro, Editora Panamericana, 1944. Biblioteca Brasileira de Cultura, v. 1.

Relato abreviado de uma viagem pelo interior da América Meridional. Trad. Aristides Avila. São Paulo, Cultura, 1944. (Série "Brasílica", v. 8).

Viagem pelo Amazonas, 1735-1745. Seleção de textos, introdução e notas de Hélène Minguet; trad. de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/São Paulo, Edusp, 1992.

- MAW, Henrique Lister - **Narrativa da passagem do Pacífico ao Atlântico através dos Andes nas províncias do norte do Peru e descendo pelo rio Amazonas até ao Pará.** Reprodução facsimilar da edição de 1831. Apresentação de J. A. Santo Loureiro. Manaus, Associação Comercial do Amazonas, 1989.
- NERY, Barão de Santa Anna - **O País das Amazonas.** Trad. de Ana Mazur Spira; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1979. Col. "Reconquista do Brasil", v. 43.
- RICE, Hamilton - **Exploração na Guiana Brasileira.** Trad. e notas de Lacyr Schettino; prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1978. Col. "Reconquista do Brasil", v. 47.
- ROJAS, Alonso - **Descobrimento do rio das Amazonas e suas dilatadas províncias,** no volume **Descobrimientos do rio das Amazonas,** de C. de Melo Leitão. São Paulo, Editora Nacional, 1941. Col. "Brasileira", v. 203.
- SPIX, J. B. von / Martius, C. F. P. von - **Viagem pelo Brasil.** Trad. de Lúcia Furquim Lahmeyer; revisão e notas de Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães. Rio de Janeiro, Instituto Histórico Brasileiro/Imprensa Oficial, 1938.
-
- **Viagem pelo Brasil,** Mesmas indicações do anterior. São Paulo, Melhoramentos, 1976. Col. "Memória Brasileira".
- WALLACE, Alfred Russel - **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro.** Trad. de Orlando Torres, prefaciada, anotada e revista por Basílio de Magalhães. São Paulo, Editora Nacional, 1939. Col. "Brasileira", v. 156.
-
- **Viagens pelos rios Amazonas e Negro.** Trad. de Eugênio Amado; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1979. Col. "Reconquista do Brasil", v. 50.

O RETRATO, A FOTOGRAFIA E OS BARÕES DO CAFÉ

Duílio BATTISTONI FILHO

O retrato pode ser considerado um gênero de pintura, como a paisagem, a natureza-morta e a pintura de gênero, em virtude de sua presença em importantes períodos da História da Arte, devido ao fato de

Santas Casas de Misericórdia. Com a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, a pintura em retrato ganha novo impulso e os artistas têm, como clientela, a nobreza. Muitos deles chegam após a vinda da Missão. Contudo, não se interessam pelos temas locais e pelos costumes populares, nos quais teriam encontrado a cor de brasilidade que lhes poderia ter vitalizado a inspiração. Mal se pode apontar um ou outro quadro assinado por tais artistas que fugiam ao convencionalismo estético predominante.

Retratos imperiais ou de personalidades políticas e da elite social, sempre muito próximas da Corte, eram as oportunidades mais habituais de trabalho para os pintores que chegavam. Alguns, é verdade, dirigiam-se também para os assuntos históricos, mas não passavam das batalhas da Guerra do Paraguai. Jamais se mostraram tentados a enfrentar temas que se identificassem com uma crítica da vida brasileira, como, por exemplo, os movimentos de libertação nacional ocorridos no século XVIII em Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. É o caso, por exemplo, de **François René Moreaux** (1807-1860) que tem uma formação artística calcada nos ensinamentos do Barão Gros. François encantou-se com o Brasil a ponto de viajar pelo país, onde conheceu de perto as províncias de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. Desenhou e pintou por onde passou. Muitos de seus trabalhos foram apresentados na Exposição de História do Brasil, em 1881, no Rio de Janeiro. O retrato, como gênero mais exigido dos pintores, dará a ele a oportunidade de demonstrar a segurança de seus pincéis. Seus retratos tiveram o apreço de destacadas personalidades sociais e políticas que posavam para o artista recém-chegado. É grande a messe de trabalhos no gênero que realizou para as encomendas da Corte, a começar pelo **Retrato de D. Pedro II**, no Museu Imperial de Petrópolis, que exemplifica bem sua produção. A Corte o amparou muito bem, pois desejava o registro para a história dos feitos nacionais julgados relevantes pelo poder oficial vigente. Entre suas muitas composições de temas históricos, destacaram-se **A Proclamação da Independência** (1844) e o **Ato de Coroação de S.M. o Imperador**. Este último de tal modo agradou a D. Pedro que foi adquirido para a coleção particular do imperador, outorgando ao pintor o Hábito da Ordem de Cristo.

Devemos destacar outros pintores da época muito ligados à Corte e que foram grandes retratistas como **Jules Le Chevreil**, **François**

Auguste Biard, Abraham Louis Buvelot, Henri Nicolas Vinet, Claude Joseph Barandier, para citar alguns.

Na segunda metade do século XIX, com a grande expansão cafeeira, inicialmente no Vale do Paraíba e depois no Oeste paulista, muitos proprietários rurais se enriquecem com os negócios da rubiácea. Cidades como Vassouras, Valença, São Paulo e Campinas também se tornam centros de atração para esses artistas. E preciso destacar que, com a elevação dos titulares do Império, desenvolveu-se o uso do retrato a óleo, procedimento muito comum nos solares dos barões do café. Campinas, graças à sua excelente posição geográfica e grande centro cafeeiro, atraiu a atenção do pintor francês **Claude Joseph Barandier** (1812-1867). Chegando ao Rio de Janeiro foi expositor assíduo das Exposições Gerais promovidas, anualmente pela Academia de Belas Artes, iniciada no ano de 1840 pelo diretor Felix Emile Taunay. A partir dessa data, Barandier exibiu composições e retratos em todas as coletivas oficiais, conforme atestam os seus respectivos catálogos. Na Exposição Geral de 1840, destacou-se com a composição *A Morte de Camões*, na de 1844, com *A Filha de Jefté*. Pintou também os retratos do Barão de Irapuã e o do Visconde de Santa Tereza, em 1845.

Ao visitar Campinas, em 1865, conheceu várias fazendas da região e pintou os retratos dos **Barões de Atibaia** (coleção da Santa Casa de Misericórdia) e de **Joaquim José dos Santos** (coleção de Ricardo Gumbleton Daunt, neto). Deixou ainda, na Catedral da cidade, cinco quadros da série **Paixão de Cristo**.

Muitos dos retratos dos fazendeiros de café figuravam nas paredes das fazendas, sendo mais tarde fotografados pelos fotógrafos itinerantes, como uma forma de adequar a pintura à nova função da imagem, que não era só de ostentação no âmbito doméstico, mas de circulação numa esfera mais ampliada.

A propósito é preciso acentuar que a introdução da fotografia no Brasil foi encarada com entusiasmo pelos pintores e pelos demais intelectuais brasileiros, muitos deles, motivados pelo irrefreável entusiasmo que o imperador D. Pedro II dedicava ao invento.

Nos primeiros anos da fotografia no Império, os fotógrafos - ou daguerreotipistas, como eram chamados aqueles que não tinham endereço

fixo - instalavam-se num hotel, onde recebiam a clientela. Para avisar de sua chegada e de seus serviços, anunciavam no Jornal do Comércio.

Os fotógrafos pertencentes à família imperial incluíam uma gama variada de temas: desde as imagens do cotidiano, retratos posados formais, até os panoramas e os registros das solenidades do Império em diferentes províncias. Muitos fotógrafos eram enviados às exposições universais, onde a imagem do Brasil adequava-se aos padrões da cultura ocidental. Numa dessas fotos, o imperador é retratado acompanhado por livros, pelo globo e por canetas-tinteiro, todos signos condizentes com um Brasil moderno e culto.. O imperador é a imagem do Império nas exposições internacionais, e as fotografias possibilitam essa identificação. A quantidade e a variedade de fotos ainda existentes denotam a importância que a família imperial dava ao registro fotográfico.. A própria princesa Isabel recebeu do fotógrafo Klumb aulas particulares de fotografia. Segundo os livros da Casa Imperial, no período de 1848 a 1867, gastou-se em fotografias álbuns de fotos uma soma considerável a 14% da verba oficial alocada todo ano na rubrica orçamentária **Professores, etc, para a Família Imperial**. Além da família imperial, a clientela dos estudios desses profissionais era formada pela classe senhorial agrária e pela população urbana, enriquecida pelo comércio e serviços prestados à burocracia imperial. Alguns fotógrafos produziam imagens de escravos dentro e fora de seus ateliês. É o caso de Vitor Frond que litografou fotografias em que o trabalho escravo na rotina das fazendas tornou-se tema conhecido internacionalmente, assim como Marc Ferrez. Este retratou Petrópolis, na ocasião, elevada ao estatuto de cidade mais européia do Império, com o burburinho das ruas e o movimento das carruagens na estação de trens da cidade, provavelmente tirada no verão, quando a Corte se mudava para lá.

Com a prosperidade do café no Vale do Paraíba, muitas cidades concorriam com a própria Corte como mercado consumidor de produtos importados, contratador de serviços fotográficos e de eventos culturais. Além dos fotógrafos itinerantes, companhias de espetáculos freqüentavam a região, indicando que também na província o cotidiano se movimentava com base no consumo de bens simbólicos, ligados a um hábito de classe que se formulava. Retratos de importantes fazendeiros de café começavam a aparecer como o de **Joaquim José Teixeira Leite**,

fazendeiro de café, o homem mais rico de Vassouras; o de **Joaquim Gomes Pimentel**, rico fazendeiro da região de Valença, agraciado em 1864 com o título de Visconde de Pimentel. Dois álbuns importantes, organizados com base em fotos avulsas herdadas e coletadas, somando um total de mais de 200 fotos, fazem parte da coleção de famílias importantes do Vale do Paraíba como os Werneck e os Avelar. As fotos da família Werneck foram conservadas por diversas gerações, e as mudanças nas alternativas técnicas e estéticas, a indumentária, o envelhecimento da família, a escolha dos fotógrafos indicam-nos um período que vai de 1860 a 1890.

Segundo os historiadores, muitas das fotografias analisadas, 95% foram produzidas em estúdios e 5% nas próprias fazendas por fotógrafos itinerantes oferecendo -seus serviços, ou por aqueles que montavam ateliês provisórios. Nos retratos, o padrão de roupa masculina acompanha as tendências gerais do século XIX e caracteriza-se pelo signo da simplicidade: terno escuro, colete preto, camisa branca, gravata borboleta fina e a corrente do relógio de bolso. Para a mulher, a sociedade brasileira não acompanhou os ditames franceses e há poucos adereços e enfeites.

Dignos de registro são os retratos da **Viscondessa de Campinas** (coleção Celso Maria de Mello Pupo), do **Barão de Itapura e de Manuel Ferraz de Campos Sales** (coleção do Centro de Ciências, Letras e Artes), do pintor alemão Fernando Piereck, que esteve na cidade por volta de 1880.

Se o retrato representou para a classe burguesa em ascensão a possibilidade de expressar sua individualidade, as vistas, por sua vez, expressam a conquista do espaço urbano: os edifícios destinados a abrigar as atividades e instituições da burguesia bem como as remodelações urbanas, segundo a concepção burguesa, puderam, graças à fotografia, ser eternizadas e divulgadas universalmente. É o caso, por exemplo, das mudanças ocorridas em São Paulo registradas por **Militão Augusto de Azevedo** em seu Álbum Comparativo - 1862-1887 considerado um exemplo das primeiras fotografias a registrar, com intenção comercial e urbano, a cidade de São Paulo. A livraria Garraux, em 1866, já dispunha de vistas estereoscópicas da cidade e nesse mesmo ano a **Photographia Acadêmica de Silva & Irmão** vendia fotografias da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. As ferrovias tornam-se temas de outros ateliês, como o de

Carneiro e Gaspar que as ofereciam anualmente, ou álbuns com vistas de São Paulo, retratos de bispos, de fazendeiros ilustres e reproduções de obras de arte.

Em Campinas, nessa mesma ocasião, era montada a **Photographia Rosen**, do fotógrafo sueco Henrique Rosen. Frequentou os grandes centros europeus de avançada tecnologia como Paris, Londres e Berlim, procurando sempre se atualizar com os processos fotográficos. Ao se estabelecer na cidade, sempre contou com o apoio de eminentes figuras da sociedade local como os doutores Otto Langaard e Dupfer. Fotografou personalidades, fazendeiros e imagens da cidade. Sua atuação como fotógrafo ambulante chamou a atenção da população.

Para terminar, podemos asseverar que o registro fotográfico nos dá uma série de informações seguras sobre arquitetura, vestuário e costumes, entre outras. No entanto, é preciso muito cuidado, pois existe o perigo destas informações se perderem. Urge, contextualizá-las, no momento que a imagem for registrada. Para que essa contextualização se torne perfeita é preciso pesquisar outras fontes, de outra natureza como entrevistas com os descendentes dos fotógrafos ou donos de coleções, observância rigorosa a documentos textuais referentes ao assunto, ter acesso a uma aparelhagem bibliográfica específica, leitura de periódicos da época, de almanaques e cronistas locais para que tenhamos uma segurança sobre o assunto.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- FABRIS, Annateresa. **Fotografia: usos e funções no século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
- GONÇALVES, Cássia Denise; Leão, Flávia Carneiro. **Os Retalhos fotográficos de Geraldo Sesso Jr.** In: Boletim do Centro de Memória-Unicamp. Campinas, 1993, vol 5, n 10.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade - os cantos e os antros**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- MAUAD, Ana Maria. **Imagem e Auto-imagem do Segundo Reinado**. In: História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol 2.
- PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas. Publicação da Academia Campinense de Letras, 1969.
- VASQUEZ, Pedro. **Fotografia**. Porto Alegre, LPM, 1986.

MASSANGANA

Leonardo Dantas SILVA

Um leitor indaga através da Internet sobre a origem do vocábulo Massangana, conhecida página de Joaquim Nabuco publicada no seu livro autobiográfico, *Minha Formação*, lançado em 1900 pela Editora Garnier do Rio de Janeiro.

A denominação da Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco de há muito vem despertando a curiosidade particularmente de não pernambucanos, como o pesquisador gaúcho Paixão Cortez.

Para Gilberto Freyre "não se deve desprezar o significado dos velhos nomes de lugares: povoados, vilas, cidades. Sob pena de se deixar de sentir o que neles é poesia e não simplesmente de história".¹

Nos dicionários consultados, desde o vetusto Antônio de Moraes Silva (1813) até o clássico Laudelino Freire e o atual Aurélio Buarque de Holanda, não se encontra qualquer registro.

No *Dicionário Lello* (Porto, 1959) aparece *Massangano*, com a designação de "posto administrativo do concelho de Cambambe, Angola"; servindo ainda para denominar "mau clima; terrenos pantanosos".

Palavra de origem africana, portanto, que chega até nós através de escravos angolanos para cá trazidos. Consultando o *Dicionário Kimbundu-Português*, de A. de Assis Júnior (Luanda, s/d), veremos que o vocábulo na sua forma masculina, *Massanganu*, serve como designativo de "confluência; foz. Lugar onde dois rios se juntam num só: *Massanganuma Lukala ni Kuanza*"; serve assim para denominar o "antigo

⁽¹⁾ FREYRE, Gilberto. *Apipucos que há num nome*. Recife: Editora Massangana, 1983. p. 31.

concelho da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, constituindo hoje a área e sede do posto deste nome, concelho de Cambambe (Dondo), distrito de Quanza-Norte, província de Luanda, compreendida na língua de terra formada pelos rios Lucala e Quanza, na margem direita deste rio".

Tudo bem de acordo com a denominação do engenho Massangana, no qual Joaquim Nabuco viveu os seus primeiros oito anos, em cujas terras se unem os riachos Massangano e Algodoais, que juntos formam o rio Suape, no município do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco.²

Foi em terras do engenho Massangana que o futuro abolicionista Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) viveu parte de sua infância. Sob o título **Massangana** ele descreve os seus primeiros oito anos, transformando-o no capítulo mais citado do seu livro autobiográfico, **Minha Formação**, cuja 13ª edição, com prefácio de Evaldo Cabral de Mello, foi lançada neste ano de 1999 pela Editora TopBooks do Rio de Janeiro.

Os primeiros oito anos da vida foram assim, em certo sentido, os de minha formação, instintiva ou moral, definitiva.... Passei esse período inicial tão remoto, porém, mais presente do que qualquer outro, em um engenho de Pernambuco, minha província natal. A terra era uma das mais vastas e pitorescas da zona do Cabo [...] De todas as impressões nenhuma morrerá em mim. Os filhos dos pescadores sentirão sempre debaixo dos pés o roçar das areias da praia e ouvirão o ruído da vaga. Eu por vezes acredito pisar a espessa camada de canas caídas da moenda e escuto o rangido longínquo dos grandes carros de bois...³.

No engenho Massangana, sob a proteção de sua madrinha Ana Rosa Falcão de Carvalho, o menino Joaquim Aurélio viveria até os oito anos; a morte de sua protetora fez com que o levassem para a casa

⁽²⁾ GALVÃO, Sebastião Vasconcelos. *Diccionario chorographico, historico e estatistico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1908.

⁽³⁾ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. 13ª ed. Prefácio de Evaldo Cabral de Mello. Rio: TopBooks, 1999. p. 160.

paterna, no Rio de Janeiro, "... a noite da morte de minha madrinha é a cortina preta que separa do resto da minha vida a cena da minha infância".

Massangana ficou sendo a sede do meu oráculo íntimo: para impelir-me, para deter-me e, sendo preciso, para resgatar-me, a voz, o frêmito sagrado, viria sempre de lá...

Mas por que Massangana e não Massangano?

Lembra Nilo Pereira, citado por Manuel Correia de Andrade⁴, que Alceu de Amoroso Lima, em comunicação à Academia Brasileira de Letras, informa que "é palavra masculina, vinda do africano, converte-se em palavra feminina, quando Nabuco lhe dedica, em *Minha Formação*, o capítulo que imortalizou a casa-grande onde a Madrinha do grande pernambucano - mais matriarca do que senhora de escravo - deu à escravidão mais um sentido de liberdade que de ofensa à condição humana".

A conclusão do ilustre pensador, Alceu de Amoroso Lima, não parece acertada. O vocábulo *Massangana*, como designação do engenho da infância de Joaquim Nabuco, já se encontra presente em documentos do século XVIII. Ao instituir o Morgado de Nossa Senhora da Madre de Deus no Cabo de Santo Agostinho, em 28 de outubro de 1580, o vianês João Paes Barreto deu início à colonização da sesmaria que lhe fora doada pelo primeiro donatário Duarte Coelho (1535-1554) nela levantando dez engenhos, dentre os quais o *Massangana*. O mesmo engenho aparece como pertencente àquele morgadio, quando da instalação da Vila do Cabo de Santo Agostinho, em 18 de junho de 1812. Criada por Alvará Régio de 27 de julho de 1811, a vila teve como seu primeiro capitão-mor o sétimo e último morgado Francisco Paes Barreto, futuro Marquês do Recife, que veio a falecer em 26 de setembro de 1848.

Massangana aparece, ainda, em anúncio do *Diário de Pernambuco*, no qual Dona Ana Rosa Falcão de Carvalho comunica o falecimento do seu escravo, Elias, episódio também anotado por Joaquim Nabuco em seu livro de memórias, ao transcrever parte da carta de sua

⁽⁴⁾ ANDRADE, Manuel Correia de. *Atualidade de Nabuco*. Apresentação de Fernando de Mello Freyre. Recife: Editora Massangana, 1999; PEREIRA, Nilo; "Massangana: escravidão e liberdade". In: *Antropologia do açúcar*. Recife: IAA, Museu do Açúcar, 1972. p. 15-16.

madrinha comunicando o desenlace ao seu pai, Conselheiro Nabuco de Araújo, ..." o meu Elias, o qual fez-me uma falta sensível, tanto a mim como ao meu filhinho...".

O anúncio do *Diário de Pernambuco*, publicado na edição de 29 de julho de 1856, que por sua importância para o estudo da sociedade de então vai transcrito na íntegra, mostra, por outro lado, o uso corrente do vocábulo *Massangana* como designação daquele engenho de açúcar:

É falecido o Elias, escravo que foi da casa Massangana.

Não podemos deixar de consignar esta lembrança em memória de um indivíduo que sempre mereceu a dita de ser considera-do - homem de bem; nascido no cativoiro, Elias, tornou-se, em pouco, digno de ser tido num apreço a ponto de a sua, firma, pelos padecimentos do chefe da casa de Massangana, ser tão respeitada e avaliada, que deixou alguma fortuna.

Como se não bastasse, *Massangana* aparece ainda como marca de afamada aguardente de cana, fabricada "no engenho de igual denominação, situado no município do Cabo". Como sinônimo de cachaça aparece registrado no *Dicionário de Aurélio*, que grafa *maçangana* com cedilha. Na imprensa da época é sinônimo de boa aguardente de cana: "Deve-lhe mandar de presente um queijinho bom, uma galinha, e algumas garrafas do champanhe de Massangana" (*O Etna* nº 27 de 1882). "Falar-se de festa no cajueiro vem logicamente a idéia de uma refeição de caju com a sua inseparável *Massangana* (*O Binóculo* nº 40, 1882). "Preferidos os generosos vinhos e o champanhe, onde o patriotismo da laranjinha e da boa *Massangana*?" (*O Tamoio* nº 6, 1896). Lembra Pereira da Costa que "com o nome de *Massangano* existe um povoado na margem esquerda do rio São Francisco, pertencente ao município de Petrolina, e um riacho no Cabo [de Santo Agostinho]".⁵

⁽⁵⁾ COSTA, F. A. Pereira da. *Vocabulário Pernambucano*. Recife: Governo do Estado/Secretaria de Educação e Cultura, 1976. (Coleção Pernambucana, 1ª fase - v. 1). HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio: Nova Fronteira, 1986.

O vocábulo, que na língua *kimbundu* serve para designar o "confluência, foz; lugar onde dois rios se juntam num só", a exemplo de tantos outros de origem africana, como *machimxambombo* (Moçambique) que em Pernambuco veio a ser usado como *maxambomba*, assumiu entre nós a forma feminina pura e simplesmente, sem qualquer interferência de qualquer erudito. Deve-se tudo, como diria o poeta Manuel Bandeira, à "língua certa do povo/porque é ele que fala o gostoso português do Brasil"

NA ATUALIDADE O PROPÓSITO DO DEBATE SOBRE A IMPrensa NEGRA PAULISTA

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Por serem ainda reduzidos os estudos sobre a imprensa alternativa negra em São Paulo¹ é que no momento procuro trazer à tona a necessidade de uma análise, sob a nova ótica historiográfica, sobre os periódicos negros produzidos em plagas paulistas desde seus primórdios até a atualidade.

Trata-se de estudo complexo principalmente porque os jornais negros não tiveram grandes tiragens, viveram com grandes dificuldades econômicas e poucos deles duraram mais que um ano (apesar de ser sua temática rica e fecunda) sem se falar de terem sido pouco preservados.

Pelo que venho analisando e pesquisando de há muito, o marco inicial da imprensa alternativa feita por negros em São Paulo (Capital) data de 1911 com o aparecimento de *A Pérola*, seguido de *O Menelick*, em 1915. Foram as primeiras tentativas para o estabelecimento de um jornalismo a serviço da coletividade negra da cidade.

Todavia, quero assinalar que Campinas precedeu a Capital desempenhando relevante papel no jornalismo negro, quando publicou, em 1903, o primeiro jornal negro paulista - *O Baluarte* - e, em 1910, o *Bandeirante*.

⁽¹⁾ Sobre o assunto ver, principalmente o clássico estudo de Bastide, Roger. **A Imprensa Negra do Estado de São Paulo**. São Paulo, FCCL/USP, 1951 (Boletim CXXI. Sociologia N^o 2. Estudos Afro-Brasileiros, 2^a série) e o de Ferrara, M. Nicolau. **A Imprensa Negra Paulista (1915-63)**. São Paulo, FFCL/USP, 1986 (Antropologia, 13).

Constatei que essa imprensa alternativa em São Paulo tornou-se bastante definida a partir dos anos 1915, quando, num primeiro momento (até 1930) as publicações se sucederam uma após outra, na tentativa da integração do negro à sociedade brasileira, bem assim, na formação de sua consciência.

De 30 a 37 continuou ainda uma produção significativa, sobretudo em decorrência da participação negra nas “contradições” impostas pelo Estado Novo e por influência da Frente Negra Brasileira que nessa fase teve o seu período de apogeu.

A partir de 1938 até 45 houve um verdadeiro hiato nessas publicações e, após, com a tentativa da implantação democrática no país, novos periódicos sucederam-se (até 1963), com nítido caráter político, até porque vários negros se filiaram a partidos políticos e alguns deles chegaram a se candidatar a cargos eletivos.

Dessa época em diante há uma paralisação nessas publicações, cuja rearticulação só ocorreu por volta dos anos 1970, mas, mesmo assim, esporadicamente.

Relembro, entretanto, que na década dos anos 80, constatei que dos números saídos houve um crescente batalhar em torno da temática racial/preconceito/racismo, além de uma chamada efetiva à participação do negro em sociedade.

Embora não seja intenção neste breve estudo demonstrar toda a história dessa imprensa alternativa², gostaria nesse desafio aos historiadores que fosse efetuada uma análise/debate profundo que atentasse não apenas para as publicações efetuadas a partir da Abolição da Escravatura, como na observação dos diferentes cotidianos, onde, certamente, verificar-se-á em quase todos os momentos que o racismo e os estereótipos se encontraram sempre presentes, pois, se de um lado o passado tornou o negro resignado, subjugado por outro, o homem negro/mulato foi pressionado a seguir sua trajetória no sentido de se tornar violento e ladrão, enquanto que a mulher foi levada à condição de lasciva e renegada ao abandono social.

⁽²⁾ Ver sobre o assunto, entre outros estudos: Ricci, Maria Lúcia de Souza Rangel. **Imprensa Negra Paulista** in: Anais SBPH, São Paulo, 1989, p. 65-70.

Não houve nem mesmo por parte de nossa literatura, muito pelo contrário, uma visão melhorada deles. Antes, foram justificadas pelas teorias científicas que controlavam as categorias sociais e como parte da economia antiescravocrata disseminadas sobremaneira na área paulista, mesmo porque com a não alteração do status econômico/social do negro em relação ao branco, da mesma forma não mudou a atitude dos brancos em relação àqueles.

Como então bem explicar/entender a existência de uma imprensa negra na região de São Paulo a partir dos anos 1903, se o antigo escravo não recebera nenhuma preparação para seu novo papel de competidor no mercado de trabalho e, além disto, na região paulista os imigrantes europeus não só dominaram tal mercado como expulsaram os negros de determinadas ocupações comerciais e artesanais?

Ocorreu que sendo o negro objeto de discriminação, o que tornou ainda maior sua marginalização, quando os primeiros ecos negros se fizeram ouvir pela imprensa (notoriamente após 1924), não se preocuparam eles com o privilégio da igualdade cultural, mas, com o problema imediato da injustiça social, bem assim da falta de solidariedade étnica e de classe entre negro e mulato. Objetivaram, de fato, formar uma consciência social entre seus pares, ensinando-lhes as técnicas de competição utilizadas pelos brancos, sobretudo dos imigrantes. Portanto, nesse período, era sua imprensa, simultaneamente, um órgão de protesto e educação, tentando demonstrar ao branco a honorabilidade do homem negro, principalmente quando lhe apresentava sua vida social (rituais do casamento, da morte, festas típicas, etc.).

Pude ainda perceber neste estudo que os jornais negros representaram muito mais a opinião da classe média negra do que da massa que me pareceu indiferente frente às campanhas efetuadas por sua própria imprensa que, desde sua origem demonstrou o significado para eles das notas sociais (festas religiosas, quermesses, falecimentos, casamentos...), mexericos (tônica marcante desses jornais e uma maneira de poder exercer o controle social sobre o grupo), artigos reivindicatórios (raros e de pouca expressão, mas visando a ascensão social do negro), além dos apelos à conscientização, à educação do negro que, sem dúvida, representaram a base necessária para o prosseguir dessa imprensa. Daí lembrar, apenas para exemplificar, que foi o *Getulino*, pelo que conheço,

fundado em Campinas (julho de 1923), o primeiro jornal realmente combativo e exigente, e que teve nessa cidade, tida como extremamente racista, o local ideal para abertamente assumir a reivindicação como instrumento de luta.

É evidente que a imprensa alternativa surgiu do sentimento de dificuldade havida entre o negro e o branco, tanto no trabalho quanto no lazer, o que acarretou o complexo de inferioridade dos negros frente aos brancos, fazendo com que muitos dos primeiros procurassem imitar os segundos no afã da ascensão social, esquecendo e muitas vezes renegando sua origem, repudiando suas tradições. O mesmo sentimento de inferioridade é encontrado quando da oposição do mulato ao negro que preferiu por largo período de nossa história se considerar partícipe do grupo branco. Aí residia o outro aspecto marcante dessa imprensa negra: dar confiança e valor ao negro sendo, aliás, essa uma das metas do *Getulino*³.

Com a fundação na capital de *O Clarim d'Alvorada* (janeiro de 1924) o caráter combativo da imprensa negra se acentuou (apesar da irregularidade de suas publicações pela escassez de recursos econômicos, pela falta de coesão do grupo negro e do desinteresse da maioria negra por sua baixa condição sócio-educacional) apesar de se apresentar com vocabulário eivado de matizes ideológicos, onde apontava, diagnosticava os bens e os males sociais e a falta de união da raça, procurando apontar as possíveis soluções para os problemas a serem enfrentados.

Parece-me, contudo, que foi a partir dos anos 1930, com a formação da *Frente Negra Brasileira* que o movimento negro de fato ascendeu. Retratava uma tendência socialista, estando mais ligada ao progresso social dos negros do que à cultura afro-brasileira propriamente dita.

O periódico oficial dessa Frente era a *Voz da Raça* (surgida em 18/03/1933) que veio marcar uma nova fase, assaz combativa e politizada da imprensa negra, visando, basicamente, a ascensão social do negro na sociedade brasileira. Na verdade a ideologia proposta por esse jornal era a de um nacionalismo brasileiro apoiado no negro, ou seja, um

⁽³⁾ Ver, principalmente: *Getulino*, Campinas (SP), 1923, ano I, nº 3 e 22; 1924, ano I, nº 35 e 37 e ano II, nº 50, 51 e 55.

tipo de *mulatismo*, onde era enfatizado o escurecimento do branco e não o branqueamento do negro como até a época era a principal proposta. Quer me parecer que os dirigentes desse jornal tinham um forte ressentimento ao progresso econômico/social do imigrante fazendo mesmo com que o líder da Frente bem representasse uma estranha fusão de incongruência no que se refere ao racismo negro, dependente daquele do branco e dos valores inerentes à burguesia branca, ao lado, contudo, de uma preocupação com o despertar da consciência negra que girava em torno de Deus, Pátria, Raça e Família. Isso me levou a inferir, por um lado, a estreita relação dele havida com o doutrinismo monárquico e, de outro, ligado aos múltiplos ressentimentos sociais.

Com a implantação do Estado Novo os jornais da imprensa negra paulista não mais circularam e, somente após a deposição de Vargas (1945) é que ela ressurgiu visando, a partir desse momento, a conscientização do negro pela educação no sentido de que ele se apercebesse de que todos os seus problemas deveriam ser solucionados por ele mesmo, procurando despertar-lhe a necessidade de lutar por melhores condições de trabalho, salários dignos, aperfeiçoamento profissional, etc.

Claro que o problema do preconceito/racismo persistiu e os jornais já começavam a denunciá-lo; foi o caso, só para exemplificar, das firmas, que então não aceitavam em seus quadros elementos negros.

O período 1964 até o principiar dos anos 70, marcado pelo domínio militar nos país, novamente fez com a imprensa negra paulista não tivesse espaço para se manifestar.

Sua reorganização somente ocorreu a partir de 1975/8, onde essa nova imprensa tentava demonstrar a ilusão da democracia racial brasileira, passando seu discurso por aquilo que considerava um sistema de colonialismo interno, no qual o negro só poderia se elevar socialmente caso se aceitasse como um nativo assimilado.

A partir da década dos 90 essa imprensa negra procurava já *desmascarar* o pouco caso com que eram no geral tratados os negros pela sociedade, pelos meios de comunicação de massa e pela imprensa branca. Procurou ela se tornar independente apesar das limitações financeira e de distribuição dos seus jornais (que sempre lhe pesaram) o que continuou a impedir sua periodicidade regular.

Finalmente cumpre enfatizar o trabalho desempenhado pelo *Movimento Negro Unificado* ao longo de sua trajetória, procurando incrementar o trabalho dessa imprensa, tornando claro seu propósito no sentido de unir a população negra. Por isso ser freqüente a discussão, entre outros problemas, da possibilidade de uma ação comum contra a violência policial, do desemprego, da marginalização e da exploração da mulher negra.

Atualmente a imprensa negra paulista está amplamente marcada por uma campanha de denúncia permanente de qualquer ato discriminatório e de uma constante organização para enfrentar todo e qualquer tipo de racismo, onde a proposta básica é de que sua luta e seu grito de liberdade partam do próprio negro que precisa assumir de vez sua identidade e liderança independente repelindo a histórica segregação e paternalismo ainda presentes em nossa sociedade.

ANTÔNIO ALCÂNTARA MACHADO - O RAPSODO DA PAULICÉIA*

Mario PIRES

Em maio do corrente ano transcorreu o centenário de um dos mais autênticos cronistas das tradições paulistanas, Antônio Castilho Alcântara Machado de Oliveira, de muito ilustre ascendência.

Sentímo-nos muito honrado na conterraneidade com o saboroso autor de “Brás, Bexiga e Barra Funda”. E também porque fomos quase vizinhos: nós, na casa paterna da Alameda Barros, bairro de Santa Cecília, em São Paulo e ele, com os pais, na Rua Frederico Steidel, a poucas quadras.

Nossas belas-letas muito esperavam de um escorreito e delicioso escritor, mas, uma banal operação de apendicite, levou-o com apenas 34 anos de idade. É uma impressionante coincidência, a crônica por ele publicada, na sua viagem à Europa (1929-30), quando escreveu, entre outras coisas:

“Não quero morrer na Europa. Quero ir morrer no Brasil, na cidade de São Paulo, numa manhã bem quente. Me prontarei, entrarei no largo de Santa Cecília e em frente da igreja, no meio do largo, subirei no refúgio me encostando no lampião esgalhado.

São Paulo encherá o silêncio da morte. Porque não se deve esperar a morte deitado na cama, de cara amarela, de olhos fechados, entre remédios e lágrimas. A morte não gosta da morte. A morte só gosta da vida. Ela é que imortaliza. Ela salva o homem que o mundo quer matar. Livra o homem do mundo...”

Parecia uma premonição, como a do nosso terno poeta Álvares de Azevedo. Pois o escritor Alcântara Machado, depois de sua volta da

(*) Lido em sessão de 2 de abril do ano corrente, da Academia Campinense de Letras.

Europa, poucos anos teve de vida. Viajou ao Velho-Mundo, de 1929 a 1930 e, como bom brasileiro, as saudades da pátria inspiraram-lhe aquela comovida crônica. Felizmente, suas obras literárias serão reeditadas este ano, em homenagem ao seu centenário, pela Editora Nobel e a Imprensa Oficial do Estado e aguardamos ansiosos a reedição do “Pathé-Baby”, seu livro de viagens, pois os demais, felizmente, os temos. Antônio Alcântara Machado, filho do consagrado autor do “Vida e Morte do Bandeirante”, José Alcântara Machado de Oliveira, e neto do não menos notável barão Brasília Machado, imortalizou a gente do povo e os bairros populares de São Paulo, tornando-se, assim, um de nossos escritores preferidos, pela nossa conterraneidade. Convivendo com o soboroso e irreverente Alexandre Marcondes Machado, o “Juó Bananere”, autor, entre outras paródias, “A Divina Increnca” - satirizando o clássico de Dante Alighieri, “A Divina Comédia” - Antônio comprazeu-se no relato dos “paulistanos-carcamanos” dos bairros populares da Paulicéia, dando-nos o delicioso **“Brás, Bexiga e Barra Funda”**. Além do sabor dos relatos, o livro aborda, talvez sem a idéia do autor, problemas de psicologia, sociologia e filosofia. Décadas depois, um autêntico e inspirado poeta paulista, Adoniran Barbosa, fez o mesmo, agora, musicalmente.

“Juó-Bananera”, no seu “A Divina Increnca”, nos encanta e diverte, portando no arrevesado italiano.

“Tegno sodades dista Paulicéia/dista cidade chi tanto dimiro.

Tegno sodades distu çeu azur, das bellas figlia du Bó-Ritiro.

Tegno sodades dus tempo perdido, xupano xippi uguali dún vampiro. Tegno sodades dus begino ardenti, das bellas figlia lá do Bó-Ritiro...” E por aí vai.

E por que não reproduzir, também, uns saborosos versos de Adoniran Barbosa, autor de centenas de composições, quase todas lembrando os bairros populares - como Alcântara Machado - de São Paulo, em que se destaca o mais famoso, “Trem das Onze”, grande sucesso até hoje. Mas o “Samba do Arnesto” é mais sutil.

“O Arnesto mas convidou, prum samba, ele mora no Bráis.

Nóis fumos, num encontremos ninguem. Nóis fiquemos cuma baita duma réiva, da outra veis, nós non vai mais...”

Voltando ao inditoso Alcântara, a crítica exaltava seu estilo escorreito mas absolutamente acessível a todos os leitores. Seus livros e os relatos de sua viagem à Europa, o “Pathé-Baby”, tornaram-se disputados, principalmente pelos paulistanos. Escrevia, ele, sem jactância, num vernáculo atualizado, em estilo até castiço. Em seu “Brás, Bexiga e Barra-Funda”, encontramos muita identidade com a nossa juventude de estudante, de família pobre, de pais imigrantes portugueses.

O amor de Antônio de Alcântara Machado a São Paulo era feito de desvelos maternos. E cego, também, porque até os defeitos de seu povo lhe eram caros. Paulista de 400 anos, da primeira leva aportada a São Vicente, quis a terra nova com todas as forças do difinitivo enraizamento.

Mas, deixemos de prolegômenos e nos encantemos com umas poucas linhas dos sabores contos de “Brás-Bexiga e Barra Funda”, como estas, que, na nossa infância e adolescência, algumas vezes presenciamos.

“O Barbeiro Tranquilo Zampinetti da Rua do Gazômetro nº 224/B, entre um cabelo e uma barba, lia sempre os comunicados de guerra do Fanfulla (Para quem não morava em São Paulo e não é tão avançado em idade como nós, diremos que Fanfulla era um diário editado para a vasta colônia italaiana da Paulicéia). Lia, muitas vezes em voz alta, até. De puro entusiasmo: La fulminante investita dei nostri bravi bersaglieri ha ridotto le posizione nemiche in vero amazzo di rovine. Nel campo di battaglia sono restati circa cento e novanta nemici”.

Depois, Tranquilo gritava: “Tripoli será italiana/sará italiana a rombo di cannone!”

Nesses dias memoráveis diante dos fregueses assustados, brandia a navalha como uma espada.

- Caramba, come dicono gli spagnuoli.

Mas tinha um desgosto: o Lorenzo e o Bruno não queriam saber de falar italiano. O Lorenzo era até irritante.

- Lorenzo! Tua madre te chiama.

Per ultima volta: tua madre te chiama, hai capito?

Qual o que.

- Stai attento que te rompo la faccia, figlio d'un cane sozzaglione, che non sei altro!

- Pode ofender que eu não entendo! Mamãe! Mamãe!

Cada surra que só vendo.

Depois do jantar, tranquilo punha duas cadeiras na calçada e chamava a mulher. Tranquilo cachimbando e dona Emília fazendo meias roxas, verdes, amarelas. Às vezes o Giacomo vinha também carregando a sua cadeira de palha grossa.

- Buona sera, Crispino.

- Tanti salute a casa, sora Clementina..."

A crônica do nosso inefável escritor, é muito longa e enfiaríamos os caros ouvintes, relendo-a integralmente. Fiquemos por aqui e vamos adiante. E com muita saudade, pois a Paulicéia, até princípios da década de 50, era gostosa de se viver. Os bondes da Light, os lampiões de gás, a garoa, as serenatas, os carcamanos do Brás, Bexiga e Barra-Funda... Os pregões matinais, os matutinos apregoados pelos pequenos jornaleiros...

Antônio Alcântara Machado filmou fielmente aquela vida saborosa, com Voltolino, Juó-Bananere e as revistas paulistas se cariocas, como o saudoso Tico-Tico infantil, a alegria a criançada.

Mestre Silveira Bueno, que tivemos o privilégio de lhe sermos aluno na "Caetano de Cmapos", em São Paulo, em sua obra didática "A Arte de Escrever", falando sobre os métodos literários, escreveu." A expressão literária deve ser, antes de tudo, verdadeira."

E que mais obediência, mais objetividade observou o jovem Alcântara Machado, no saboroso estilo de seus livros? E soube passar para o papel, suas observações interessantes e fidedígnas da vida paulistana, da "arraia-miúda", a classe humilde da Paulicéia e sua convivência com os interessantes "carcamanos" do Brás, Bexiga e Barra Funda. Por isso, em pouco tempo, tornou-se o escritor mais solicitado e querido de seus conterrâneos. A que nos enfileiramos com ardor de paulistano nato.

Infelizmente, a seara literária de Alcântara Machado, com a sua prematura morte, não pôde ser abundante como, por certo, seria. Sua bibliografia inclui "**Pathé-Baby**" (crônicas de sua viagem à Europa),

1926; “**Brás, Bexiga e Barra Funda**”, contos, 1927, bem como “**Laranja da China**”; “**Anchieta na Capitania de São Vicente**”, prêmio Capistrano de Abreu, 1929; “**Cartas Jesuíticas**”, 1933; “**Mama Maria**”, contos, 1936; “**Cavaquinho e Saxofone**”, 1941 e “**Capitão Bonini**”, 1941, estes três últimos, póstumos.

Alcântara Machado Filho, escrevia sem jactância, sem preciosismos, mas seu estilo simples e direto, tornava-se elegante, até castiço.

MATO GROSSO DO SUL *

Marcello de Azevedo Penna CHAVES

Mato Grosso do Sul faz parte da região Centro-Oeste do Brasil, fazendo divisa ao sul com a Bolívia e Paraguai, e com os estados brasileiros de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso. Esta localização próxima aos grandes centros consumidores do país tem contribuído muito para o seu desenvolvimento.

Sua extensão territorial corresponde a 18% da região Centro-Oeste, com 358.158,7 km², dos quais vinte e cinco por cento corresponde à área do Pantanal sul-mato-grossense, com 89.318 km².

Nascido com a divisão de Mato Grosso, pela lei complementar no 31, de 11 de outubro de 1977, só foi implantado em 1^o de janeiro de 1979, quando foi instalado seu primeiro governo. Desde que foi criado, Mato Grosso do Sul está em fase de crescimento de 4,5% ao ano. Segundo dados do IBGE de 1988, grande parte da população do Estado têm acesso a água tratada, a iluminação elétrica, e têm imóvel próprio e 85,92% são considerados alfabetizados. Apesar deste quadro positivo, o Estado sofre com a má distribuição de renda, já que uma boa parte das pessoas que trabalham recebem até dois salários mínimos, e uma pequena parte de dois a dez salários mínimos. No ano de 1998, quase a metade da população não tinha rendimentos, e apenas poucos ganhavam mais de dez salários mínimos.

O Pantanal do Mato Grosso do Sul é a maior área alagada do mundo, com mais de 260 espécies de peixes, 95 de mamíferos, 167 de répteis, 35 espécies de anfíbios e com mais de 650 aves catalogadas.

(*) Palestra proferida no Clube dos 21 Irmãos-Amigos, de Campinas, e 18 de março de 2001.

O Pantanal atrai por ano quase um milhão de turistas, dos quais duzentos mil procedem de outros países, e a maior demanda vem principalmente da Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai.

Além do Pantanal, Mato Grosso do Sul possui muitas belezas naturais, com os rios de grande piscosidade, ecossistemas complexos e únicos no mundo e uma biodiversidade, graças a Deus ainda preservada, o que dá ao Estado um considerável potencial para o desenvolvimento do turismo, como: o Ecoturismo, o Bio-turismo científico, o Turismo Cultural, Histórico e Arqueológico e o Turismo de Lazer, de Eventos e Negócios.

Mato Grosso do Sul possui 77 municípios, distribuídos em 11 Microrregiões e 4 Mesorregiões Geográficas, tendo como capital a cidade de Campo Grande. Cinquenta e quatro por cento da sua população estão concentrados em seis cidades, as principais do Estado, que são, além da capital: Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã e Aquidauana.

O Estado possui sete regiões turísticas, sendo Campo Grande a primeira delas, pois, tem tudo para ser considerada a capital turística do Mercosul, devido ao seu posicionamento estratégico no centro oeste sul-americano. No Vale da Serra de Bodoquena, encontramos a 2ª região, no município de Bonito, com inúmeros rios piscosos, com aquários naturais, muitas cachoeiras e a maior cavidade inundada do planeta, a Gruta do Lago Azul, e inúmeras outras grutas já localizadas e estudadas pelos órgãos competentes, em número de 18, onde no fundo de uma delas foram encontrados fósseis de um tigre-de-dentes-de-sabre e de uma preguiça gigante. Por ser uma região calcárea suas águas são de uma transparência e limpidez espetacular, contribuindo o calcário para a formação das numerosas grutas lá encontradas.

A 3ª região turística, além do Pantanal, compreende os pólos turísticos, formados por municípios históricos, sendo que alguns possuem etnias indígenas ainda sobreviventes, como os Terenas, os Chamacoco e os Kadiweus, que habitam a maior reserva em extensão do Estado, com a área de 538.536 hectares, no município de Porto Murtinho, na fronteira com o Paraguai. Os kadiweus são descendentes dos guaicurus, índios cavaleiros que tiveram uma participação muito importante na Guerra do Paraguai no século XIX, ao lado das tropas brasileiras. Sua agressividade garantiu o domínio de outros povos do Chaco e do Pantanal, principalmente

os terena, que se dedicam à agricultura, e os chamoco, que vivem da caça e da pesca. Suas terras são reconhecidas pelo governo do estado desde 1903.

A 4ª região compreende os municípios do extremo norte do Estado, na divisa com Mato Grosso e Goiás. Encontramos aqui as cidades de Coxim e Rio Verde de Mato Grosso, que exploram o turismo da pesca; São Gabriel do Oeste que é um pólo de tradição gaúcha, devido a sua colonização por agricultores do Rio Grande do Sul; e a cidade de Costa Rica, que, além de possuir uma natureza exuberante, possui também um potencial arqueológico e histórico que são aproveitados pela indústria do turismo.

A 5ª região é considerada a principal porta de entrada dos estados litorâneos para o mercosul, fazendo fronteira com a região mais produtiva do Estado de São Paulo. banhada pela Bacia do Paraná-Tietê, possui rico artesanato, tendo sido a rota das Entradas e Bandeiras na colonização sul-mato-grossense. Nesta região, em um projeto integrado com o Estado de São Paulo, deverá ser construída a Hidrelétrica de Porto Primavera, que irá gerar um lago-reservatório com quase 200 mil hectares inundados no sul-mato-grossense, cuja inundação está prevista para o ano de 2005.

A 6ª região, situada entre a Bacia do Rio Paraguai e a serra de Maracajú, no sudoeste do Estado, foi cenário da Retirada da Laguna, cantada em prosa e verso pelo Visconde de Taunay.

Na 7ª região, as cidades de Dourados e Ponta Porã, próximas à Capital, caracterizam-se como futuros pólos de turismo de negócios e lazer. Em Dourados realizam-se experiências científicas e tecnológicas na área de grãos e gado, o que atrai para a região inúmeros técnicos e eventos no setor da agropecuária. Ponta Porã, além da fronteira seca com a cidade de Pedro Juan Caballero, no norte do Paraguai, tem uma forte atividade pecuária e a grande possibilidade de incremento do turismo de negócios e de lazer.

Na ocupação inicial de Mato Grosso do Sul, as bacias fluviais do Rio Paraguai e do Rio Paraná exerceram papel importante, pois foi através do curso de seus rios que os espanhóis se deslocaram do estuário do Rio da Prata para o norte, à procura de jazidas minerais. Por outro lado, os bandeirantes, com o objetivo de alcançar Mato Grosso, valeram-se da

"rota das monções", descendo o Rio Tietê, e subindo o Rio Grande e rumando pelos rios Sucuri, Pardo, Verde ou Ivinhema, alcançaram as contravertentes do Rio Paraguai, dirigindo-se para o norte, em busca de ouro.

A conquista e a ocupação de Mato Grosso do Sul decorreram das atividades ligadas à pecuária e, posteriormente, à agricultura, uma vez que o processo de povoamento originado com o extrativismo vegetal, principalmente da erva mate, ocasionou uma ocupação dispersa, embora tenha atraído migrantes brasileiros e paraguaios e dado origem aos povoados de Porto Murtinho e Ponta Porã. Ao lado disso, o prolongamento dos trilhos da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no início do século XX, foi um dos elementos propulsores do povoamento e da economia do estado, até então subordinada à navegação platina.

Esta ferrovia revigorou povoados como Campo Grande e Aquidauana, além de beneficiar Corumbá, que foi fundada no século XVIII como posto fortificado, que passou a ser o porto brasileiro mais importante do Rio Paraguai.

Das principais cidades de Mato Grosso do sul destacamos sua capital Campo Grande, Dourados, e Corumbá.

Campo Grande originou-se do Arraial de Santo Antônio do Rio Grande, fundado em 1875 por José Antonio Pereira. Desenvolveu-se rapidamente graças à boa qualidade do solo da região para a agricultura e pecuária, e pela sua posição geográfica entre o Triângulo Mineiro e o sul de Mato Grosso.

Dourados é a segunda cidade do estado. Surgiu em 1910, em terras ocupadas por exploradores da erva mate que já atuavam na área desde a segunda metade do século XIX. Está classificada como a capital da região, comandando uma rede de cinco centros menores e 18 municípios predominantemente agrícolas. É uma das maiores praças de venda de implementos mecânicos agrícolas do país e um dos maiores mercados para venda de aviões de pequeno e médio portes.

Corumbá, cidade portuária situada nas margens do Rio Paraguai e na fronteira com a Bolívia é um centro local subordinado a capital do Estado, Campo Grande. É nesta região que se localiza o município de Ladário, onde a Marinha do Brasil mantém uma base fluvial.

Mato Grosso do Sul deu ao Brasil pessoas que se sobressaíram em diversos setores da sociedade. Dentre elas não poderemos deixar de citar as seguintes:

- **Carmem Portinho**, engenheira civil, nascida em Corumbá em 1903, e graduada pela Escola Politécnica da Universidade do Brasil em 1925, época em que articulou o movimento em prol do voto feminino ao lado das primeiras feministas. Participou da criação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, tendo sido sua diretora-executiva durante 20 anos.

- **Graziela Maciel Barroso**, naturalista brasileira, primeira "grande dama" da botânica no Brasil, nasceu em Corumbá em 1912. Aos 16 anos casou-se com o agrônomo Liberato Joaquim Barroso, e em 1940, fixou-se no Rio de Janeiro, onde seu marido ingressou no Jardim Botânico. Em 1945, prestou concurso para naturalista, obtendo o 2º lugar, passando então a trabalhar com o marido. Em 1961, formou-se em História Natural pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Em 1966 foi para a Universidade de Brasília, onde ficou durante três anos como professora de Botânica, a primeira da UnB, dedicando-se a taxionomia das plantas superiores. Sua principal contribuição à botânica, foi o livro "Sistemática de angiospermas do Brasil", adotado em todos os cursos de Botânica do país. Em sua homenagem, 25 espécies de vegetais identificadas nos últimos anos foram batizadas com seu nome, entre elas a **Dorstenia grazielae** (caiapia-de-graziela), da família das Moráceas; e a **Diatenopterix grazielae** (maria-preta), da família das Sapindáceas.

- **Apolônio de Carvalho**, nasceu em Corumbá em 1912. Militar e revolucionário brasileiro viveu alternadamente em períodos de legalidade e clandestinidade. Fez estágio na União Soviética, foi preso e exilado. Foi oficial do Exército até ser cassado em 1936, e destacou-se como brigadista internacional na Guerra Civil Espanhola; como comandante e herói da Resistência Francesa e líder guerrilheiro no Brasil.

Foi militante e dissidente do Partido Comunista Brasileiro em 1968, quando se originou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Em 1980 participou da fundação do Partido dos Trabalhadores, e em 1997 publicou seu livro de memórias "Vale a pena sonhar".

- **J.J. Veiga**, contista e romancista brasileiro, nasceu em Corumbá e residiu no Rio de Janeiro, onde faleceu recentemente. Foi considerado um clássico moderno, e estreou com o livro de contos "Os cavalinhos de platiplanto" (1959). Esse livro chamou logo a atenção da crítica, e o autor foi apontado como um dos introdutores do realismo mágico, em cuja linhagem só era citado, até então, o escritor Murilo Rubião. Em 1966 lançou a novela "A hora dos ruminantes", interpretação de um momento político. Publicou ainda um livro de contos "A máquina extraviada", e os romances: "Os pecados da tribo", "Sombras de Reis barbudos", "A casa da serpente", "Aquele mundo de Vasabarro", e o "Risonho cavalo do príncipe". A densidade de suas obras coloca-o entre os mais notáveis novelistas e contistas brasileiros contemporâneos. Vários de seus livros foram traduzidos na Inglaterra, França e Dinamarca. Foi tradutor e dedicou-se também à literatura infantil.

- **Jacy Campos**, nasceu na cidade de Bela Vista em 1919, ator de cinema, teatro e televisão, autor e diretor premiado internacionalmente, jornalista, produtor de programas didáticos e piloto de avião, com doutoramento em Aeronáutica nos Estados Unidos.

Foi um dos pioneiros da televisão no Brasil, meio em que se consagrou com Câmera 1, teleteatro com histórias dramáticas, transmitido ao vivo, com apenas uma câmera, e que alcançou recordes de audiência nas décadas de 50 e 60. Criou para a TV Educativa a novela didática João da Silva, para o primeiro grau, com a qual a TV brasileira conquistou o Prêmio do Japão, em 1973. Deu aulas na Inglaterra no primeiro curso de televisão da Organização dos Estados Americanos e dirigiu o curta metragem The Magical Box, comprado e lançado pela BBC e traduzido para oito idiomas.

Nos Estados Unidos estagiou nas três maiores redes da televisão americana: ABC, CBS e NBC. No Brasil trabalhou nas TVs Globo, Manchete, Bandeirantes e Educativa. Criou os programas Anfitrião, Cassino da Urca, Universidade Popular e a novela A conquista.

E, para finalizar esta palestra, não poderíamos deixar de citar o cantor, compositor e instrumentista **Almir Sater**, nascido em Campo Grande.

Violeiro que sofisticou a música caipira, começou a ser conhecido do grande público nos festivais de música da TV Globo, no

final da década de 70, quando defendeu a canção Varandas de sua autoria. Na década de 90 protagonizou a novela Ana Raio e Zé Trovão, e participou como ator das novelas Pantanal da TV Manchete, e O Rei do Gado, da TV Globo, ao lado de Sérgio Reis, ambos interpretando violeiros. É considerado uma das maiores estrelas atuais da música caipira.

EDITORA VOZES: TRANSPARÊNCIA E PERMEABILIZAÇÃO

Mario BARATA

O centenário da Editora Vozes, sediada em Petrópolis em prédio anexo ao Convento Franciscano e à antiga Escola Gratuita de São José, é historicamente um fato importante. E, pela revista **Cultura Vozes**, a efeméride se liga à imprensa do Brasil, de maneira bem pessoal, quase única, pelo conteúdo dos textos que tem publicado, numa linha excepcional de transparência e permeabilidade. O recente e valioso livro que a empresa publicou, **Editora Vozes - 100 anos**, organizado pelo co-autor Marcelo F. de Andrades, comprova isso. Também confirmam a continuidade dessa importância, números da revista **Vozes**, como o incluído no volume 94, do final de 2000, às vésperas do referido centenário. Nele se destacara muito a importância e significação da vida e da obra do eminente educador Anísio Teixeira. Um dos exemplos de permeabilização na existência humana talvez possa ser objetivado através de um dos artigos ali publicados sobre Anísio.

Acresce o fato de tratar-se de uma das mais antigas empresas do país e uma das raras que nunca mudaram de ramo de atividades. Ademais herdou - por assim dizer - a possibilidade de ser a “editora do Concílio Vaticano 2” - como já foi afirmado - em nosso país e de suas resoluções e diretrizes renovadoras. Tudo isso explica o sucesso da bela festa espiritual e fraternal, que reuniu tanta gente no dia 5 de março, em comemoração ao centenário, no salão do atual Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, em prédio que foi por alguns anos a sede do Colégio São Vicente de Paulo petropolitano. Este antes ocupara condignamente - após o período de atuação no local do Colégio N. D. de Sion, na rua da Imperatriz - o Palácio de Petrópolis de Dom Pedro II, onde

hoje é o Museu Imperial. Estiveram presentes o prefeito de Petrópolis e o príncipe Pedro Gastão de Orleans e Bragança, vários representantes religiosos e muitos professores de instituições locais e de outros pontos do Brasil, além de jornalistas e de funcionários de filiais da Vozes de todo o país.

Na semana do centenário tive a oportunidade de participar da celebração geral, em visita especial à Editora como vice-presidente do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, no Rio de Janeiro (associação agora ligada ao atual Instituto Goethe), destacando que a contribuição cultural das raízes da tradicional Alemanha - de antes do Nazismo - teve um de seus canais de expressão no Brasil através dos frades franciscanos. Estes então, na maioria, eram de origem germânica e restauraram, desde cerca de 1896, a atividade religiosa das Províncias Franciscanas no Brasil e também disseminaram, implicitamente, parte do gosto e da cultura européia em nosso país a partir da música e da literatura. A posição anti-nazista foi cedo estabelecida entre os franciscanos, como comprova um livro de figura exponencial da primeira metade do século na **Vozes** e em conventos franciscanos, como foi Frei Pedro Sinzig. Este era também jornalista e nesta atividade, ao sabor da época, utilizava bastante pseudônimos. Depois de Frei Inácio Hinte - fundador da tipografia e da revista - Frei Pedro foi por muitos anos responsável pela gestão da citada publicação. No espírito eclesiástico da época e em resultado de sua atividade polivalente, Frei Pedro participou em Petrópolis bastante das reuniões religiosas para indicação ou aconselhamento de leituras ou freqüência a cinemas e teatros, aconselhamento que na sua designação de época como censura, não deve ser confundido com **censura** de proibições e incriminações com pena de morte, que na igreja católica tivera seu triste apogeu em épocas da Inquisição. E no século XX, em atividades leigas, na censura absurda e criminosa por ditaduras militares.

O livro **Nazismo sem Máscara**, de 1936, é de Pedro Sinzig, e no atual livro do centenário da Vozes, organizado por Marcelo F. de Andrades ele está referido. Vê-se aí em nota, que a obra fora publicada com o pseudônimo de autoria de João Bauer Reis, impressa no Rio de Janeiro, com 284 páginas, pelo editor L. A. Josephson.

O livro do centenário que tanto referi aqui, com os seus espírito e hábito de transparência, também marcantes nas duas Vozes

(editora e revista), mostra igualmente que de 1914 a 1917 abusara Frei Pedro de sua tendência nacionalista para defender a Alemanha na Primeira Grande Guerra, certamente por ser a sua pátria. Mas no terrível conflito ideológico e animalesco que foi a 2ª Guerra Mundial, ele já havia tomado posição contra os crimes inomináveis praticados pelo Nazismo. **O Nazismo sem Máscara** marca essa diferença.

Autor de um **Dicionário Musical** (ed. Kosmos, Rio), de livro de músicas em colaboração com Frei Basílio Rower (Vozes), de estudo sobre “Maravilhas de Arte no Convento de São Francisco de Bahia” (IHGB, 1931), de pesquisas a respeito do barroco mineiro, em 1913, e professor de Estética - por pouco tempo - da Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette, no Rio de Janeiro, Frei Pedro mostrou um dos lados da prática de cultura de um franciscano. B. Rower havia publicado, pela Vozes, minuciosa história do Convento de Santo Antonio, no Rio.

Mais perto de nossos dias e mais aberto foi o Frei Ludovico Gomes de Castro, cuja gestão da editora durou de 1962 a 1986, exercendo a função com notável espírito renovador e marcou a presença da revista na história de nosso século XX. Com o apoio administrativo de Frei Eduardo Chuany e o teológico do então Frei Leonardo Boff a revista se fortaleceu. Ela e a editora vieram a ter a cooperação da escritora Rose Marie Muraro - que antes trabalhara com Dom Helder Camara na CNBB - e também de muitos intelectuais, estando entre os autores publicados M. Foucault, J. Piaget, C. Levi-Strauss, N. Chomsky, R. Barthes, U. Eco, Paul Ricoeur, C. G. Jung, T. Todorov e entre os brasileiros Florestan Fernandes, Leonardo Boff, Darcy Ribeiro, J. Mattoso Camara, Octavio Ianni, Roland Corbisier, Helomeida Studart, Luís Costa Lima. Destaque-se aqui a honrosa edição do **Brasil / Tortura Nunca Mais**, livro organizado pelo Cardeal Dom Paulo E. Arns, que continua sendo de grande utilidade. A revista **Vozes** ficou ademais uma referência para os estudos da Teologia da Libertação.

Desde cedo, brasileiros com outras raízes cooperaram com os frades vindos da Alemanha. Um especialista gráfico de origem francesa, Antonio Geoffroy, chefiou durante anos os serviços de composição de tipografia da Vozes, até 1927, quando se exonerou amigavelmente. Então montou pequena gráfica sua na antiga avenida XV de novembro, em loja que deve ter sido a base da Papelaria (e livraria) do Povo, propriedade

documentada de um Geoffroy e atuante a partir desse final da década de 20 por bastante tempo.

A revista (e a editora) não se expressam em uma única voz. Elas usam o plural **Vozes** no nome e isso é simbólico. Destaque-se que o nome da revista como **Vozes** foi resultado do conhecimento que os frades tinham do **Stimmer der Zeit** (Vozes do Tempo). Isso é explicado em nota do livro do Centenário a que temos aludido, que nos diz: “era o nome de um jornal alemão muito lido pelos frades no início do XX. Foi esse jornal que inspirou frei Ambrósio Johannins a dar o nome de Vozes de Petrópolis para a revista de cultura que estava sendo lançada em 1906-1907. Mais tarde, em 1911, o nome da revista foi assumido pela editora.”

Em catálogo de publicações a editora informou recentemente que “no momento ela possui um parque gráfico com cerca de 50 máquinas, em um prédio de 6433 m², abrigando 405 funcionários, considerando 218 na sede em Petrópolis e 187 funcionários nas filiais. Sua capacidade gráfica mensal é, em média, 250 mil livros (incluídos os próprios e de terceiros)”. Sua parte editorial divide-se nas áreas religiosa e cultural. “Entre as produções periódicas estão **Folhinha do Sagrado Coração de Jesus, Almanaque Santo Antonio, Graças a Deus** e as revistas **Cultura Vozes, Estudos Bíblicos, Concilium e Ribla**”. Já obteve prêmios em exposições de livros e avaliações de corporações editoriais. O seu aspecto amplo e ecumênico une-se à sua coragem moral para valoriza-la no Brasil.

CONSTANTINA ARAÚJO, UMA SOPRANO BRASILEIRA EM PALCOS EUROPEUS

José Carlos Neves LOPES

Natural da cidade de São Paulo, onde nasceu aos 28 de maio de 1922, filha de pai português (do Aveiro) e de mãe napolitana, Constantino Araújo demonstrou desde criança sensível vocação para o canto, que estudou com Francesco Murino, no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.

Sua primeira experiência profissional ocorreu na antiga Rádio Cultura, passando, depois, para a Rádio Gazeta, a “emissora da elite”, que possuía orquestra própria, promovia e transmitia concertos ao vivo.

Iniciou-se na cena lírica na temporada de 1947 do Teatro Municipal de São Paulo, interpretando o belo papel de Leonora da ópera “Il Trovatore”, de Verdi. Nessa casa de espetáculo, cantou também nas óperas “Aida”, “Lo Schiavo”, “Cavalleria Rusticana” e “La Bohème”, sempre no principal papel feminino e tendo ao seu lado cantores de renome internacional como Beniamino Gigli, Mario Del Monaco, Fedora Barbieri e outros. Em todas as ocasiões seu desempenho teve boa recepção, merecendo elogios da crítica especializada. Apresentou-se, ainda, em Porto Alegre no ano de 1948, e nas óperas “Otélo”, “Il Trovatore” e “Aida”.

Em 1950, devido a rivalidades infelizmente muito comuns nos meios artísticos, foi despedida da Rádio Gazeta e não teve chance nas temporadas líricas desse ano tanto no Rio como em São Paulo. Decidiu-se então a tentar a sorte na Europa, dirigindo-se precisamente para Modena, na Itália. Quarenta dias após sua chegada (15 de novembro de 1950) candidatou-se a uma substituição de última hora - a da protagonista da ópera “Aida”. A manifestação da crítica foi expressiva:

“Aida”, impersonata da Constantina Araújo, há aumentato la sorpresa del pubblico, lasciando veramente un vivo entusiasmo in tutti gli spettatori, che l’hanno applaudita con passione, soprattutto per l’efficace dosatura imposta ai suoi davvero notevoli mezzi canori, denotando così una seria preparazione dello spartito verdiano”.

Pouco depois, a indisposição de uma cantora levou Constantina Araújo para o “La Fenice”, de Veneza na interpretação do mesmo papel. Seu êxito em “Aida” propiciou ao teatro da cidade de Reggio-Emilia a incluir essa ópera em sua temporada de 1951, e ainda com a participação da cantora brasileira.

“(…) il trionfo di questa cantante, la cui voce di smalto nitidissimo e la efficacia scenica, che ben si avvale di una gura stupendamente adatta al personaggio hanno incantato e soggiogato i critici più pretenziosi”.

Após esse novo triunfo, surgiu-lhe a grande oportunidade: o “La Scala”, de Milão, procurava uma soprano para uma nova montagem de “Aida”, comemorativa dos cinquenta anos do falecimento de Verdi. (1951).

Armando-se da tenacidade, aliás uma de suas características, Constantina Araújo, credenciada pelos seus sucessos anteriores, apresentou-se ao grande regente Victor de Sabata para uma audição; e de um grupo de seis candidatas, foi a escolhida. Assim, a 20 fevereiro de 1951 a soprano brasileira se apresentava com sucesso no teatro mais famoso da Europa, tendo ao seu lado Mario del Monaco, Fedora Barbieri e Ugo Savarese. Assim se manifestou a crítica:

“(…) abbiamo avuto la sorpresa di scropire una giovane sudamericana, Constantina Araujo, che nella parte di Aida si è rivelata superba interprete, dotata de bellissima voce, dosata con intelligenze, sicura nella intonazione, e che si è fatta ammirare anche per la sua grazia”

A fama do “Scala” abriu-lhe outras portas: Bari, Verona, Londres, Trieste, Montecarlo, Paris, Augsburg, Lisboa, Genova, Napoles, Bolzano, Bolonha, Capri, Salsomaggiore e ainda mais algumas.

Seu repertório ampliou-se consideravelmente: “Aida”, “Un ballo in maschera”, “I vespri siciliani”, “Ernani”, “La vida breve”, “Mefistofele”, “Madame Butterfly”, “L’amore dei tre re”, “Oberon” e “Cavalleria rusticana”.

Algumas críticas:

Sobre “Aida”, em Montecarlo, 26-3-1952: “(...) La voix, somptueuse de sonorité et de puissance, est complétée para la plastique; sa passion est exprimée avec autant de vigueur toujours harmonieuse que de délicatesse son patriotismo. Du grave, plein et rond, à l’aigu facile et étendu, aucun déséquilibre, aucun décalage de son n’accuse le changement de registre. La célèbre chanteuse italienne Renata Tebaldi, que nous avon entendue dans sa même personnage, lui est certainement inférieure. Oui, rarement s’est offert à nos oreilles ravies un soprano d’une telle densité” (Léon Roggero)

Sobre “Oberon”, em Paris, 1953/1953/1954, 40 récitas, ao lado do jovem tenor Nicolai Gedda: “Elle est Razia, avec toute vivante, la noblesse requise par le rôle, mais où elle surpasse tout espoir, c’est dans l’art qu’elle apporte à conduire une voix ample, pure, su timbre rare” (Guy Dornand)

Sobre “A vida breve”, no La Scala, 16-2-1952, sob a regência de Carlos Maria Giulini: “Dei molti esecutori c’elle stavano sul palcoscenico, per la più parte legati a partincini di secondo plano, ci piace parlare di Constantina Araujo, l’Aida dell’anno scorso che ha riconfermato le sue notevoli qualità: una voce duttile ed ampla e rimarchevole plasticità d’emissione, un calore spontaneo e sapientemente dosato.”

Em 1954 apresentou-se no Rio de Janeiro, interpretando mais uma vez “Aida”, aliás seu principal papel e o que mais vezes cantou. Nesse mesmo, ano, apesar do sucesso internacional que alcançara teve ainda fechadas as portas do Teatro Municipal de São Paulo. Para uma montagem da ópera “Lo Schiavo”, de Carlos Gomes, comemorativa do quarto centenário da capital paulista, o Teatro preferiu contratar a soprano italiana Antonietta Stella para o principal papel feminino dessa opera do compositor campineiro.

A título de informação, gostaríamos de registrar uma gravação feita no ano passado (selo Myto Records) em que Constantina Araújo canta, ao lado de Mario del Monaco, Cesare Siepi e Mario Sereni, numa transmissão radiofônica da RAI, em 1958, a ópera “Ernani”, de Verdi. Trata-se de um documento raro que atesta a beleza e a qualidade de seu registro: soprano lírico spinto.

Vindo a São Paulo em 1966, para uma intervenção cirúrgica, infelizmente faleceu duas semanas após a cirurgia, vítima de um embolia pulmonar.

Detentora de tão bela carreira, Constantina Araújo é motivo de orgulho nacional.

PROVÍNCIA DE RESENDE

José Eduardo de Oliveira BRUNO

“Em 1829, concebeu a câmara municipal de Resende, uma idéia grandiosa que por ser arrojada e não terem sido previstos os obstáculos que a deviam malograr, não teve o sucesso que estava nos desígnios dessa corporação animada do mais elevado patriotismo e de intúitos progressistas sem igual em outras municipalidades desse tempo” (Dr. João de Azevedo Carneiro Maia, 1891)

A proclamação de nossa independência política, em 1822, decorreu num ambiente inquietador, a despeito da inexistência de demoradas lutas sangrentas.

A vinda de D. João VI, em 1808, e sua longa permanência na colônia, elevada a vice-reino, obrigaram os governantes a umas tantas medidas de ordem administrativa, que pouquíssimas e insignificantes alterações sofreram após o grito de 7 de setembro.

Logo após esse acontecimento memorável, os nossos estadistas tiveram o melhor de seus cuidados e atenções absorvidos pelas medidas conjuratórias da precaríssima situação financeira e consolidadoras da independência, ante visíveis dubiedades de D. Pedro I e as manobras do governo português, não conformado inteiramente com a situação.

Este panorama não se alterou facilmente e o advento de outros fatores perniciosos, surgidos com o decorrer dos anos, encheram-no de cores mais sombrias, terminando pela abdicação forçada de D. Pedro I.

O período da Regência foi caótico e inquietador, chegando por vezes às margens da anarquia, e se não fora a atividade enérgica de

Feijó, talvez Pedro II não assumisse o trono. Não obstante, a sua ascensão não foi absolutamente tranquila e seu longo reinado, salpicado de motins, revoluções e guerras, quase se escoou no estéril e morno movimento da gangorra dos partidos liberal e conservador, sob o manejo do imperante. Veio a República, mais preocupada com ideais e leis estranhas do que propriamente com reformas práticas.

E até hoje continuamos em boa parte com a absurda, a ilógica, incompreensível e caprichosa divisão administrativa do tempo das capitanias, quando o nosso território constituía verdadeiro mistério.

Todavia, na época de nossa independência, havia municípios pertencentes a três províncias, com cidades prósperas, que mantinham íntimas relações comerciais entre si. Eram elas Resende, Valença, Parati, São João Príncipe e Ilha Grande, na província do Rio de Janeiro; Campanha e Baependi, na de Minas Gerais; e Areias, Lorena, Cunha e Guaratinguetá, na de São Paulo.

Além das relações comerciais e facilidades de transporte, de acordo com os recursos da época, tais cidades estavam intimamente ligadas por laços de parentesco de seus habitantes e também, inspiradas no interesse comum desses municípios, que como o de Resende, sofriam amargamente, tendo de percorrer grandes distâncias e péssimos caminhos para irem às capitais respectivas em demanda de recursos atinentes a suas necessidades e melhoramentos.

“Aliás para esta área do curso médio do Paraíba, que se tornará o centro da maior riqueza do Império, confluem três movimentos simultâneos: a expansão paulista, que invadirá territórios que embora desocupados, pertenciam à província do Rio de Janeiro; o que vem de Minas Gerais descendo para o sul, e o que vem do Rio de Janeiro para o interior da capitania. Os três se reunirão aí, e embora formada de trechos de províncias diferentes, a região terá características tão peculiares e próprias que se cogitará um momento de formar com ela uma província à parte” (Caio Prado Júnior)

Todos esses liames, os interesses e aspirações comuns, as dificuldades para entendimentos com os presidentes das respectivas províncias, geraram no espírito de muitos a grande conveniência da organização, com os citados municípios, de uma nova província destacada das de São Paulo, Rio e Minas.

A idéia não tardou a ser aceita com entusiasmo pela melhor gente de tais cidades, transformando-se numa verdadeira aspiração da maioria de seus habitantes. Houve entendimentos entre representantes dos vários municípios, no intuito de tornar realidade esta aspiração de seus munícipes, pois existiam pequenas dúvidas e ligeiras rivalidades, oriundas de interesses locais e específicos que acabariam sendo resolvidos a contento geral.

Entretanto, em Baependi, quartel general dos “Nogueira”, exigia-se as honras de capital da nova província. Contudo, Resende também almejava tal primazia e tal pretensão era justificada pela sua melhor posição geográfica em relação ao plano proposto. Outrossim, não se chegava a um acordo a respeito da denominação da nova província.

Estava a questão neste pé, quando o impetuoso vereador da câmara municipal de Resende, o padre José Marques da Mota, inabilmente precipitou os acontecimentos, fechando questão quanto à capital e o nome da nova província que deveria adotar a mesma denominação da então vila de Resende.

O gesto intempestivo do padre provocou azedas discussões, discordâncias e posicionamentos bairristas entre os outros municípios, sobretudo Baependi, tendo havido em função disso uma retroação nas negociações, até então já consumadas.

As agitações que se desenrolavam na Corte repercutiam nas províncias, também intranquilas, e de 29 em diante, a marcha dos acontecimentos precipitou-se até à abdicação.

A abdicação, o tumultuoso período regencial, a guerra de 42, foram emprestando um outro aspecto às excogitações do povo, contribuindo para arrefecer o entusiasmo dos partidários da nova província e nunca mais veio à tona semelhante idéia. Outro seria, talvez, o resultado daquele convite, se a questão da capital ficasse para ser resolvida posteriormente, mediante um acordo tentado com a devida prudência.

**ÍNTEGRA DO TEOR DO OFÍCIO DIRIGIDO
PELA CÂMARA DE RESENDE AOS MUNICÍPIOS
CONVENCIONADOS**

Ilmos. Srs. Vereadores da Câmara de...

A Câmara Municipal da vila de Resende, considerando muito refletidamente o estado atual da mesma vila e suas circunvizinhanças e, consultando a este respeito, pessoas entendidas e bem intencionadas, foi a obrigada a reconhecer:

1º - Que o vagaroso progresso da sua indústria, da sua civilização e a efetividade de seus direitos públicos e individuais estabelecidos na constituição não correspondem de modo algum à riqueza de suas produções, facilidade de sua exportação e boas disposições de seus habitantes.

2º - Que este estacionamento humilhante à face de progresso de outros povos do Brasil, procede dos obstáculos que as distâncias opõem à ação administrativa tornando-a umas vezes fraca, outras demasiado rigorosa, e quase sempre, tardia e pouco precidente.

3º - Que, sendo a distância de autoridade administrativa a causa constante dos males indicados, o encurtar esta distância é meio indispensável para remediá-las.

Conquanto tenha a câmara desta vila por sagrado dever o promover a prosperidade dela, não pode separá-lo dos sentimentos de nacionalidade que a prendem a todo o Império e a cada uma de suas partes e está convencida de que a prosperidade de uma povoação só pode caminhar a par de suas vizinhanças. Considerando, finalmente, que não só algumas vilas desta província, como outras de São Paulo e de Minas Gerais, sentem as mesmas necessidades, concebeu o projeto de requerer a criação de uma nova província que pode ter por capital esta vila e por distritos as que vão mencionadas na tabela anexa.

Tomando esta câmara semelhante iniciativa, porque era necessário que alguém a tivesse, de nenhum modo prosseguiria em tal projeto sem primeiramente ouvir o parecer e obter o consentimento das municipalidades interessadas, motivo porque se dirige a todas, interrogando suas luzes e consultando suas vontades.

Indicando esta vila para capital da nova província, espera esta câmara não poder ser arguida de parcialidade, quando sua posição central a está indicando como a mais apropriada; desde que se mostrem maiores vantagens em outro lugar, nenhuma dúvida porá esta câmara em mudar de opinião, visto que seus desejos são sempre inspirados pelo bem do maior número.

Roga-se, portanto, a V.Sas. queiram tomar na devida consideração a presente proposta para, de comum acordo, dirigir-se ao corpo legislativo a necessária representação.

Resende, 4 de novembro de 1829.

Assinam: Joaquim Pereira de Escobar, José Marques da Mota, Bento de Azevedo Maia, Fabiano Pereira Barreto, Antônio Luís Gonçalves Viana, João Lourenço Guimarães e Francisco do Carmo Fróes.

Tabela anexa:

Rio de Janeiro: São João Príncipe, Valença, Ilha Grande e Parati. **São Paulo:** Areias, Lorena, Guaratinguetá e Cunha.

Minas Gerais: Baependi e Campanha

Bibliografia

Maia, João de Azevedo Carneiro - **Notícias históricas e estatísticas** do município de Resende. Rio de Janeiro, Tip. da "Gazeta de Notícias", 1891.

Maia, João de Azevedo Casrneiro - **Do descobrimento do Campo Alegre até a criação da Vila de Resende**. 2ª ed., Resende, 1986.

Prado Junior - **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo, Martins, 1942.

Nogueira, Melo - **A projetada Província de Resende**. Rev. do Arquivo Municipal, v. 3 São Paulo, 1934.

A OBRA DE PAUL EHRENREICH

Egon SCHADEN

Aos 14 de abril de 1914, falecia em Berlim o etnólogo Paul Ehrenreich, um dos grandes exploradores alemães que no último quartel do século passado trabalharam entre os índios do Brasil. Era doutor em Medicina e em Filosofia, além de docente-livre da Universidade de Berlim, sua cidade natal. Pertencia à velha estirpe de sábios incapazes de se enclausurarem na temática de uma especialidade restrita, de obreiros do espírito para as quais a solução dos problemas particulares havia de ser empreendida, sempre que possível, dentro de um amplo esquema de referência e com o domínio de um grande acervo de dados concretos. Era também dos que distribuía o seu interesse de maneira mais ou menos uniforme por todas ou quase todas as múltiplas disciplinas da Ciência do Homem, o que hoje em dia, pela complexidade que estes estudos assumiram, se vem tornando cada vez mais raro. Tinha ao mesmo tempo o espírito e os olhos abertos para os problemas das ciências naturais. No interior do Brasil reuniu não somente coleções etnográficas, mas também zoológicas e, além disso, contribuiu para a geografia do País.

A obra de Paul Ehrenreich abrange principalmente ensaios de teoria e método, descrições etnográficas, como estudos etnológicos, linguísticos, somatológicos e, acima de tudo, de mitologia comparada. Na maioria, são dedicados ao conhecimento científico do índio brasileiro, ora sistematizando resultados de pesquisas de campo, ora apresentando a interpretação do material colhido e a de dados esparsos pela literatura especializada. No conjunto desses trabalhos sobressaem como características dominantes a adoção conseqüente de diretrizes teóricas, o rigor do método de análise, um extraordinário senso de precisão e por vezes também invejável capacidade de síntese. Mesmo os que se lhe

opunham no campo da teoria e do método - como, por exemplo, Wilhelm Schmidt e, mais tarde, Ruth Benedict - não tinham dúvidas em reconhecer o valor de suas contribuições. E ainda hoje a maioria dos livros e artigos que publicou sobre os nossos silvícolas é tida como indispensável aos que se ocupam com a etnologia do Brasil.

Fez viagens de estudos à Índia, ao Egito e sobretudo ao Brasil, onde o trouxeram duas expedições. Na primeira (1884-1885) esteve entre os Botocudos do Rio Doce; na segunda acompanhou a Karl von den Steinen ao alto Xingu (1887-1888), para a seguir (1888-1889) visitar os Karajás do Araguaia e afinal os Paumari, os Yamamadi e os Ipuriná do Purus. De passagem, teve também contatos com representantes de outras tribos, recolhendo especialmente material linguístico. Do que viu e ouviu nessas viagens resultou uma série de estudos, dentre os quais se destacam monografias sobre os Botocudos do Espírito Santo e os Karajá, bem como um livro com a análise de suas observações e mensurações somatológicas das tribos que visitou. Não cabe aqui, nem seria possível, apreciar devidamente a cada um desses trabalhos. Diga-se que, a par de seu valor intrínseco, encerram dados de primeira mão sobre fenômenos hoje desaparecidos ou mesmo, como no caso dos Botocudos, sobre tribos que deixaram de existir. Apesar das falhas que possa ter, a monografia sobre estes índios é insubstituível, já por serem tão escassos os nossos conhecimentos a seu respeito, já porque retrata a tribo em determinados momentos de sua história. E não se reduz à apresentação pura e simples de dados etnográficos, linguísticos e somatológicos, mas visa a elucidar a situação dos Botocudos no quadro geral dos aborígenes brasileiros. O sábio aí se pronuncia a favor da hipótese de que esses índios, e outros da faixa oriental, eram os representantes mais antigos da grande família Jê e de que teriam como antepassado comum o homem da Lagoa Santa, descoberto por Lund. Enquanto os Jê ocidentais ou propriamente ditos, pelo contato com outras tribos, e adaptando-se a condições naturais diferentes, experimentaram maior desenvolvimento cultural, os Botocudos, permanecendo na região inicial das migrações, teriam conservado a primitiva cultura do grupo. Quer se adote ou se rejeite a conclusão, a que hoje talvez se oponham dúvidas, serviu ela em todo caso de hipótese de trabalho aos que mais tarde iriam retomar com o problema com apoio em maior riqueza de elementos. E se, após as pesquisas de Fritz Krause e de outros, a monografia sobre os Karajá passa por

antiquada, nem por isso pode ignorá-la o etnólogo de hoje, sobretudo, como observa Baldus, quando se trata de conhecer a aculturação da tribo. Antes das pesquisas de Ehrenreich ignorava-se até que os Karajá constituíam uma população inteiramente distinta dos Karaib e dos Jê e que tanto a sua língua como as características fundamentais de sua cultura faziam deles uma tribo à parte dos grandes grupos. Ademais, ninguém imaginava, lembra Teschauer, que as tribos do Purus representassem o “membro conjuntivo” entre os Aruák setentrionais e os da Bolívia e de Mato Grosso. São fatos de há muito incorporados às noções elementares da etnologia sul-americana e já tão corriqueiros que facilmente nos esquecemos de que houve tempo em que ninguém os conhecia. Afinal, a sorte do cientista é a de ser pioneiro ou precursor.

Coisa semelhante vale para outras contribuições de Ehrenreich. Assim, o volume sobre a antropologia física dos silvícolas, valioso na época, está longe de satisfazer às exigências modernas, mas cabe-lhe, por exemplo, o mérito de ter ajudado a destruir o mito da homogeneidade somática das populações aborígenes do Novo Mundo. Tampouco a análise comparativa da mitologia dos índios sul-americanos, publicada em 1905, não corresponde, é evidente, à maneira pela qual hoje se empreenderia a tarefa. No entanto, continua sendo a única tentativa de dar uma vista de conjunto das tradições míticas e de submetê-las a uma linha de interpretação. Aliás, no último período de vida essa ordem de problemas se tornou o campo de predileção do cientista. Publicou também um importante tratado teórico sobre os fundamentos etnológicos da mitologia geral, e, no dizer de Baumann, não se escreveu ainda outro livro em que a matéria fosse discutida com a necessária amplitude. Adepto da chamada “mitologia astral”, defendida especialmente por Siecke, Ehrenreich considerava as criações míticas devidas primariamente não a simples projeções da vida psíquica, mas à visão concreta, antropomorfizante, de fenômenos da natureza, sobretudo lunares e solares. Nem por isso excluía outras perspectivas, entre estas a comparação dos mitos de diferentes regiões geográficas do mundo para descobrir a sua possível conexão histórico-cultural ou estabelecer áreas de difusão. O seu domínio extraordinário da vasta literatura sobre o assunto o habilitava, como a ninguém mais, a enveredar-se com êxito por esse caminho. Entretanto, a morte, que o surpreendeu em meio de intenso trabalho, não lhe permitiu ensaiá-la senão para o continente sul-americano. O resultado, de maior

alcance para a etnologia brasileira foi a determinação de três grandes ciclos míticos, cada um deles caracterizado pela ocorrência de motivos peculiares, e correspondentes às famílias linguísticas tupi-guarani, aruák e karaib. Além disso, ficou, fora de dúvida a conexão pré-histórica com a mitologia dos índios norte-americanos.

Ehrenreich não era nada otimista quanto ao destino dos silvícolas brasileiros, mormente em face do que vira entre os Botocudos do Espírito Santo, do grau de seu depauperamento físico e de sua desmoralização pelo convívio com os brancos. Retomando a famosa frase de Martius, de que “a humanidade americana já não tem futuro”, declara-a desmentida para as populações nativas dos países das grandes civilizações pré-colombianas, que, afirma, retomaram alento após um longo período de opressão e decadência, mas “tanto mais verdadeira para essas hordas primitivíssimas (os Botocudos) que vagueiam sem prática em sua própria terra e de cuja existência no próximo século já não haverá testemunhos, salvo escassos restos de esqueletos e utensílios de pedra encontrados cá e acolá na derrubada das matas”. Isto é de 1887. A precisão se realizou. E de então para cá dezenas de tribos tiveram igual sorte.

Não se há de dizer que o Brasil deixou de fazer justiça a Ehrenreich. Já em 1887 foi nomeado sócio correspondente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e mais tarde, em 1907, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro lhe conferiu idêntica distinção. Boa parte de seus trabalhos foi vertida para o português. A Capistrano de Abreu devemos a tradução de um estudo sobre a “Divisão e distribuição das tribos do Brasil segundo o estado dos nossos conhecimentos” e de outro sobre “A Etnografia da América do Sul ao começar o século XX”. M. de Oliveira Lima, Alexandre Hummel e Egon Schaden traduziram mais alguns. Foram divulgados em parte pela imprensa (“Diário Oficial” e “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro) e pelos órgãos de várias entidades científicas nacionais. Herbert Baldus escreveu um ensaio biobibliográfico a título de introdução às “Contribuições para a Etnologia do Brasil”, que abrangem os trabalhos sobre os Karajá e as tribos do Purus e cujo texto em português se encontra na “Revista do Museu Paulista”. Por outro lado, o livro sobre a mitologia dos índios sul-americanos continua acessível só no original. Um dos grandes admiradores brasileiros

do etnólogo foi Rodolfo Garcia, que em seu magistral resumo da “Etnografia Brasileira” (no Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, comemorativo do primeiro centenário da Independência) se apoia muitas vezes na opinião de Ehrenreich. Considerava de “altíssimo valor” as contribuições com que este enriqueceu os conhecimentos sobre as culturas indígenas de nosso País.

(De “O Estado de S. Paulo”, supl. cultural)

A CONSTRUÇÃO DO COLORADO

Fernando Whitaker da CUNHA

Diferentemente da federação brasileira, a americana, por sua própria origem, apresenta na formação de suas unidades constitutivas características muito peculiares, mesmo porque outros Estados-Membros, por diferentes impulsos históricos, foram sendo anexados ao território do país, que se tornaria, em dimensões geográficas, o quarto do mundo, superado, apenas, pelos da Rússia, da China e do Canadá.

O ingresso do Texas foi diverso do Havaí, do Oregon e do Alaska, por exemplo.

O mesmo se deu com o Colorado, bordado pelas Montanhas Rochosas, desbravado pela primeira vez pelo espanhol Coronado e que só adquiriu seu atual nome, que significa "vermelho", em castelhano, quando a "Pike's Peak Region" assumiu a condição de Território, graças ao Presidente Buchanan, e que foi reconhecido pelo Congresso dos Estados Unidos, em fevereiro de 1861, tornando-se Estado em 1876, cem anos após a independência (Centennial State), durante o governo de Grant.

A área pertencera ao México e a descoberta de ouro nas proximidades de Denver (do empresário James Denver) - cuja primeira via pública, "Larimer Street", ainda existe - em 1858, provocando um "rush", atraiu, para lá, "soldados da fortuna" e aventureiros, entre os quais Green Russel, que se deslocavam das planícies em carroças, perecendo muitos deles no caminho pelo ataque dos cheyenes, arapahos e comanches, que haviam assimilado muito bem o advento do cavalo, bem mais ágil do que o búfalo, e das armas de fogo, que passaram a lhes ser fornecidas, tornando-os perigosos adversários. Kit Carson, guia e militar, tornou-se "the most famous mountain man" da região, como escreve a historiadora Caroline Bancroft (*Colorful Colorado*, p. 21).

Vários focos sociais foram surgindo com a chegada dos garimpeiros, sendo o maior o estabelecido nas cercanias das minas.

A primeira Assembléia Legislativa Territorial reuniu-se, em Denver, em setembro de 1861, discutindo-se bastante qual cidade deveria ser a capital. A primeira escolhida foi Colorado City, que, posteriormente, viria a integrar Colorado Springs, a segunda foi Golden City e, apenas, em 1867, Denver, produto do "rush", como Auraria, foi indicada para sede permanente do governo, vindo a evoluir para a dinâmica e aprazível urbe que é, tendo Henry Brown ofertado terreno para a construção do Capitólio, que imita o de Washington, e que principiou em 1886, projetado por E. Meyers, que ainda abriga o Poder Executivo, como acolheu o Judiciário, até 1977, o qual depois transferiu-se para imponente edifício, ratificando a sintonia estadunidense entre as funções do Governo.

O senadores são eleitos por 4 anos, com uma parte deles renovada a cada 2 anos, prazo do mandato dos deputados. Os Legislativos estaduais americanos, salvo o de Nebraska, são bicamerais.

O Colorado, que se converteu em pujante parte da federação, após uma história dramática, foi palco das ações de famosos personagens, como os jogadores e pistoleiros Doc Holliday ("he died in bed", rezava seu epitáfio), morto em 1887, e Bat Masterson, também empresário teatral e promotor esportivo, que faleceu em 1921, em New York.

Contudo, a figura mais representativa de uma era, como legenda, foi, inegavelmente, William Frederick Cody ("Buffalo Bill"), 1846-1917. Vaqueiro, cavaleiro heróico do "Pony Express", antes da estrada de ferro, entregando correspondência em lugares muito distantes, explorador para o exército, "show man", com apresentações, inclusive na Europa, e escritor (autobiógrafo e ficcionista) que imprimia em sua obra o sabor e o pitoresco de sua movimentada vida, ele adquiriu a alcunha, que o imortalizaria, caçando búfalos para fornecer carne aos construtores da ferrovia ("Transcontinental Railroad"), que associaram esses animais selvagens a seu nome.

O fato de Cody ter dizimado rebanhos que, ao depois, protegeria, e matado inúmeros índios, como confessa, deve ser visto num contexto histórico de necessária expansão para o oeste, na qual se travou verdadeira batalha contra belicosos aborígenes ("Indian War"). Ele

admirava a cultura indígena, tanto que a trazia para seus espetáculos (neles trabalhava a atiradora Anne Oakley, tema de um musical de Irving Berlin), "a mixture of a rodeo and a circus", segundo William Jones, no prefácio de seu "True Tales", apresentando-se com o valente cacique "Touro Sentado".

Escolheu para ser sepultado no alto de "Lookout Mountain", perto de Denver, com visão esplendorosa das planícies e das Montanhas Rochosas e com as brisas dedilhando as árvores e os pássaros, numa opulenta paisagem. Sua esposa, falecida anos depois, repousa a seu lado no rústico túmulo de pedras. Em 1921, seu filho adotivo inaugurou, no local, museu em sua homenagem que ilustra suas aventuras lendárias.

Ele, sem dúvida, é um símbolo do Colorado, cuja história mágica vinculou a luta ao progresso numa conturbada zona "where the wild west begins".

CARLOS GOMES EM MILÃO

Visconde de TAUNAY

Em 1878 o engenheiro Alfredo d'Escragnolle Taunay, que alguns anos depois seria galardoado com o título de **Visconde de Taunay**, empreendeu viagem a diversos países da Europa. Estando na Itália, fez questão de ir a Milão em visita a Carlos Gomes, que, então vivia na importante cidade italiana. Não só para visitá-lo, mas também para assistir uma ópera do compositor campineiro, **Salvator Rosa**. Lembremos que Taunay foi dos poucos amigos com que Carlos Gomes contou no início de sua carreira. Em relato datado de Lecco, a 12 de novembro de 1878, encontramos pormenorizadamente narrados os dois dias de convívio dos dois grandes brasileiros em Milão. Seu relato foi incluído no livro **Recordações de guerra e de viagem**, pp. 148-154, editado em São Paulo, em 1924, pela Companhia Melhoramentos, com prefácio de Afonso de E. Taunay. Em se tratando de livro nunca reeditado, portanto de acesso não muito fácil ao leitor de hoje, julgamos oportuno transcrever o capítulo relativo a Carlos Gomes. ONM

Na bela estação da estrada de ferro de Milão, um homem moreno, de feição expressiva, olhos negros, coma grisalha e metido num sobretudo que lhe descia aos pés, precipitou-se sobre mim, apertou-me freneticamente nos braços e beijou-me as faces. Era Carlos Gomes. Apressadas, atropeladas, saíam-lhe dos lábios inúmeras perguntas sobre o Brasil, o Imperador, os amigos e conhecidos do Rio de Janeiro, o conceito que dele faziam, a confiança que porventura merecia, sobre mais isto e mais aquilo, o transbordar, enfim, sincero e impetuoso de um coração de artista e de patriota. “Há tanto tempo, exclamava ele, tomando-me as mãos, que não digo uma palavra em português! E é tão bom a gente exprimir-se na língua que falou em criança!”

Fomos para o grande hotel de Milão, à rua Alessandro Manzoni. Nem de propósito, por feliz coincidência anunciaram os cartazes suspensos

à porta que no teatro “dal Verme”, o único que trabalha agora, naquela noite representava-se o **Salvator Rosa**. Ato contínuo e a pé dirigimo-nos para lá a tomarmos um camarote.

Pelas ruas, Gomes era muito cumprimentado; pessoas deixavam a calçada do lado oposto para virem dar-lhe a mão com verdadeira afetuosidade. No teatro, desde o porteiro até ao diretor, acolheram-nos com sorrisos e facilidades. “Para o **maestro**, tudo”, diziam eles, e, como eu ia sendo à medida apresentado pelo **maestro**, com calor e quase entusiasmo, a amabilidade italiana tomava formas de pomposa exuberância. Camarote, o melhor, libretos, entradas, tudo foi-me oferecido no meio de muitos elogios ao Brasil. “Que terra! Que natureza! Que Imperador! Que talentos!”.

À noite, depois de passearmos todo o dia pela cidade, agora, cá do meu lado exclamo: “Que belezas! Que monumentos! Que magnificências!”, fomos, eu e minha mulher, ao teatro. Gomes, apesar de estar com o peito muito atacado de um defluxo e já com uma pontinha de febre, quis, por força, acompanhar-nos. À porta, um menino apresentou-lhe o **libretto**, gritando “Salvator Rosa! a grande ópera!”. O porteiro, que viera abrir-nos o carro interpelou-o, rindo: “Então, tolinho, não conheces ainda o **maestro**? Queres vender pão ao padeiro?”

O teatro “dal Verme” é vasto e elegante. Foi enchendo-se aos poucos. Às 8 menos um quarto começou a ouvertura, executada por excelente orquestra. Gomes não estava, contudo, satisfeito, aliás como sempre. “Não acho sonoridade, resmoneava ele: os violinos não cantam. Estes músicos ainda não compreenderam o que eu quis dizer!”

Nesse tempo a sala estava quase cheia. Também a inspirada canção de Gennariello:

“Mia peccerella, deh? vieni allo mare

Nella barchetta v'è un letto di fior!”

foi muito aplaudida e bisada. Cantava-a, aliás, a favorita do público, a senhora Elena Boronat, que tem voz extensa e fresca. Tão feliz não era Salvator Rosa, cujo papel o tenor Frederico Devillier, conhecido no Rio de Janeiro pelo seu fiasco, interpretava pessimamente, ou melhor, assassinava. A cada nota desafinada, e não eram poucas, Carlos Gomes metia a mão nos cabelos, erguendo com fúria concentrada aquela legítima

juba. A primadona Contarini, que fazia de Isabella, é boa, mas está um tanto cansada. Com muito sentimento disse a vela **romanza**:

“Volate o libere

Aure dei cieli”

e no apaixonado dueto do 3º ato com o Duque d’Arcos, o signor Tamburlini, mereceu as palmas que colheu. Quanto a Masaniello (Bertolasi) não compensava a voz com a impropriedade de seu tipo avolumado em um tanto grotesco.

Apesar dos senões da interpretação, a ópera agradou-me imenso. Os dois últimos atos sobretudo têm coisas muito notáveis, e que arrancaram sempre aplausos de um público habitualmente desatento.

No 4º ato foi novamente bisada a canção de Genariello, e se a Boronat não se declarasse fatigada, teria sido repetida pela terceira vez. “É sempre assim, disse-me Gomes, o que nada me custou, o que escrevi apenas num momento de bom humor, causa todo este barulho, ao passo que a Fosca, que é um trabalho sério, consciencioso e cheio de valor, foi recebido friamente. Retrataram-se, é certo; cobriram-me de flores e palmas com a mesma **Fosca**, mas o golpe já estava dado. Desse tempo é que datam os meus cabelos brancos. Compuz **Salvator Rosa** em seis meses, como mero desabado.”

A linguagem de que usa Gomes é sempre imaginosa e pitoresca, um tanto acaipirada. Assim, quando ao finalizar Devillier a ária do 1º ato

“Forma divina, eterea

Di luce e di candor”

que cantou sempre meio tom abaixo, engasgando-se por vezes, gritaram **bis**, Gomes exclamou do seu canto e frenético: “Qual bis! Qual bis! Toca o boi p’ra diante!”

Nos entreatos vieram ao nosso camarote o diretor do teatro, o Sr. Villa, e o regente da orquestra, o Sr. Cialdo Cialdino. Este contou-nos que o tenor gabara-se de estar numa de suas melhores noites, tendo naturalmente chegado a contentar o maestro, cuja presença sabia no teatro.

O Sr. Villa mostrava-se satisfeito com a casa que tinha. “Gomes, disse-me ele, é o favorito do público. É hoje a décima representação desta ópera na presente estação, e entretanto acode sempre

gente. Agora, simultaneamente dá-se o **Salvator** aqui em Milão, em Florença, Roma, Nápoles e Malta. Em Florença foi escolhido para o espetáculo em grande gala, por ocasião da chegada do Rei Humberto”.

Sem termos visto o bailado que se seguia, voltamos para o hotel à meia-noite.

No dia seguinte, pela manhã, fui à casa do maestro, 2º andar nº 10, via Soncino Merati, mais viela do que rua, pois é tão estreita que nela mal entra um carro. Achei-o de cama, tendo ardido toda a noite em febre.

Ainda assim estava já de lápis em punho a corrigir as últimas provas da **Maria Tudor**, cuja redução para piano e canto por N. Celega sairá por todo o mês de dezembro, formando uma das mais belas e luxuosas edições que dará o importante estabelecimento Ricordi.

Esta ópera é a grande esperança de Gomes e de sua extremosa e inteligente esposa Adelina Peri. “Se **Maria Tudor** for por diante, então editores e empresários hão de ficar comigo que nem cordeirinhos”. Ali mesmo executei ao piano uns trechos que me pareceram excelentes e cheios de harmonias contrapontadas.

Para compor, Carlos Gomes lê e relê o libreto que lhe dão; não o deixa noite e dia; decora-o; leva-o consigo a toda a parte; a cada instante o consulta. Possui-se do assunto quanto possível; depois, num dia de maretta senta-se à mesa do trabalho e rapidamente enche cadernos e cadernos de papel de música. Muitas vezes, num ímpeto de impaciência, rasga tudo quanto escrevera durante semanas inteiras e recomeça logo, sem guardar nada da primeira inspiração. Com a **Maria Tudor** aconteceu que, estando pronta para o prelo, julgou dever modificar alguma cousa e de emenda em emenda, a cortar ou aumentar, refez de princípio a fim toda a partitura. Eis o labutar consciencioso, a aspiração irresistível à perfeição, acompanhada dessas agitações íntimas e contínuas, que o poeta pintou neste verso:

“Est Deus in nobis, agitante calescimus illo”,

e que nesta vida tudo podem dar, ovações, grandezas, glória, apoteose, menos a felicidade.

Se ele quiser ajudar-se ao piano, a improvisação o levará por veredas sem fim e nada lhe ficará de horas e horas de melodioso

desvanecido. É preciso agarrar pelos cabelos a imaginação e obrigá-la a caminhar de modo que a pena possa seguir-lhe os precipitados passos.

“Estou pensando muito na **Moema**, que você me mandou, disse-me ele, mas tenho medo de me meter outra vez com bugres! Preciso, enfim, remexer tudo aquilo nesta caldeira, a minha cachola. O maldito Ghislanzoni, o melhor libretista da Itália, foi encafuar-se em Lecco, ficou um esquisitão, anda sempre arrufado e faz-me uma falta imensa.”

De todos os lados, aliás, enviam-lhe libretos, dramas líricos ou cantatas para serem postos em música, todos com pomposas dedicatórias, legítimas filhas do engenho meridional.

Entregue de corpo e alma à família, Carlos Gomes compõe, instrumenta, combina todos os efeitos da orquestra, faz e desfaz no meio do barulho e gritaria dos seus dois filhos Carlos André e Mario. Nasceu-lhe, há dois meses, uma gentil filhinha, que se chamará Ítala. A sorte dessas crianças preocupa-o muito. “Que serão elas, nascidas e criadas aqui? Meus filhos italianos?” E batendo com uma mão fechada na outra, protesta com violência: “Não quero! Hão de ser brasileiros. É a pátria deles, o Brasil!”

Perguntei-lhe se não pretendia ir um dia estabelecer-se no Brasil. “Eu bem quisera! E daí, quem sabe? Mas como sair deste centro da maior agitação musical? Todos os anos apresentam-se na Itália, e principalmente aqui, para mais de 40 óperas em concorrência. E quantas se afundam para sempre! Onde está Marchetti? Onde Auteri, que apareceram como astros cheios de esplendor e sumiram-se como meteoros. Que teatro dá mais **Dolores**? Quem sobrenada é Ponchielli, uma grande esperança!”

O **Guarani** continua em sua carreira ascensional. Disse-me o professor Celega que só na Itália o editor Lucca já tirara para cima de 250.000 francos líquidos, e de contínuo o levaram à cena em Trento, Trieste, Barcelona, Madrid, Malta, sem falar na América.

“Foi a minha salvação **O Guarani**, exclamou Gomes. Sem ele, eu estaria hoje, quando muito, professor de piano e música. Sou por isso grato ao Lucca, mas entreguei-lhe a fortuna de meus filhos!”

E note-se que aqui os lugares nos teatros são baratíssimos, ridículos até. Um bilhete de platéia custa 1 fr. 25 cent.

Na tarde de 10, voltei à casa de Gomes e só a desoras é que me levantei para sair, apesar de seus protestos. “Espere mais um pouco, homem, pedia ele, tenho tanto que lhe perguntar!” A fazer-lhe a vontade, ficaríamos a noite inteira a conversar.

Meio receioso de me perder e a tiritar com frio, tomei por uns becos, dobrei a rua Pietro Verri, saí na de Bigli e, ao desembocar, esbarrei com a porta do meu hotel. Na manhã de 11, fui então dizer-lhe o adeus de despedida. Passara melhor a noite e pretendia nesse dia levantar-se. A senhora acompanhou-nos até o momento em que entramos no carro, que nos levou à estação do caminho de ferro com destino ao lago de Como.

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

ROMANCES QUE NASCEM DE SÃO PAULO*

Ernani Silva BRUNO

(...) Referindo-se a romances “sobre assuntos paulistas”, a entidade que promove o certame parece indicar que os ensaios, embora não limitados ao enfoque de romances em torno de temas especificamente de São Paulo, nem que se enquadrem em um rígido esquema regionalista, mostrem ao menos - esses romances - conotações com ambientes paulistas, isto é, que sua trama decorra em São Paulo. Mesmo que seus autores não sejam paulistas. E, de outra parte, parece excluir, dos estudos que procura estimular, o enfoque de romances de autores paulistas cujas obras não tenham nenhuma ambientação na realidade humana e social de São Paulo.

Dentro dessa delimitação seria interessante lembrar que as origens da ficção de “assuntos paulistas”, que se situariam na segunda metade do século passado (as **Aventuras de Diófames**, da paulista Teresa Margarida da Silva e Orta, publicadas em Lisboa em 1752, nada têm, a meu ver, com o romance paulista ou brasileiro), fixaram-se, de

(*) O “recorte” que utilizamos para este número, artigo de Ernani Silva Bruno (1912-1986) foi originalmente publicado na “Folha de São Paulo”, de 16 setembro de 1979, motivado por uma notícia divulgada pela imprensa paulistana referente a um concurso de ensaio literário instituído pela Academia Paulista de Letras subordinado ao tema: “O romance paulista nos últimos setenta anos”. Seu autor dispensa apresentação por ser um dos maiores nomes da historiografia brasileira, especialmente paulista. Embora não se revista de caráter crítico, este artigo oferece-nos praticamente um levantamento do que se produziu em matéria de literatura de ficção inspirada em São Paulo ou em temas paulistas. Daí, parece-nos, a oportunidade de sua transcrição. ONM.

início predominantemente no gênero “romance histórico”: **A Cruz de Cedro** (1854), de Antônio Joaquim da Rosa, **Os Guaianás** (1860), de Couto de Magalhães, **Padre Belchior de Pontes** (1876-77), de Júlio Ribeiro, e **O Paulista** (1895), de Augusto Rasec (Augusto César de Barros Cruz), reportam-se, todos não à vivência da época de seus autores, mas à vivência paulista dos tempos coloniais.

O romance não histórico, na segunda metade do século passado, estaria representado, em parte, por livros de autores que apenas estiveram de passagem ou estudando em São Paulo: **Mocidade de Trajano** (1871), do Visconde de Taunay, retratando tipos e costumes das grandes fazendas campineiras de café; **Til** (1872), de José de Alencar, também focalizando a vida rural e sertaneja do oeste paulista; e **Rosaura, a enjeitada** (1883), de Bernardo Guimarães, ambientado na cidade de São Paulo. E, mais para os fins do século e começo do atual, principalmente por **A Carne**, de Júlio Ribeiro, **A Família Medeiros**, de Júlia Lopes de Almeida e **Sinhá e O Urso**, do sorocabano Antônio d’Oliveira.

A partir de 1909 - balisa cronológica inicial do certame agora instituído pela APL - e até o advento do Movimento Modernista, haveria a lembrar os livros de José Agudo, **Gente Rica** (1912) e **Gente Audaz** (1913), ambos com o subtítulo de Cenas da Vida Paulistana; **Redenção** (1914), de Veiga Miranda; Madame Pommery (1919), de Hilário Tácito (José Maria de Toledo Malta); e, publicados em 1920, **Ana Rosa**, de Jerônimo Osório, **O Professor Jeremias**, de Leo Vaz e **Flama e Argila**, de Menotti Del Picchia. O que faz pensar que o romance paulista dessa época teria tido, por certo, muito maior projeção, se Monteiro Lobato - com aquele seu dom agudo de observação e o vigor de sua linguagem - não tivesse limitado ao conto sua prosa de ficção.

O Movimento Modernista também não produziu, ao longo dos anos 20, muitas obras enquadráveis na espécie “romance de assuntos paulistas”. **Os Condenados**, **Memórias sentimentais de João Miramar** e **A Estrela de Absinto**, de Oswald de Andrade; **Dente de Ouro**, de Menotti Del Picchia, **O Estrangeiro**, de Plínio Salgado, **Amar, verbo intransitivo**, que seu autor, Mário de Andrade, chamou de “idílio”. E a curiosa novela **Sorumba**, de Manuel Mendes, que ficou meio na sombra, não conseguindo projeção maior. Na mesma década, mas à margem do

movimento modernista, Paulo Setúbal retomaria o filão do romance histórico paulista ao publicar, em 1925, **A Marquesa de Santos**.

Ao longo dos anos 30 - quando ocorreu um surto notável de romances explorando temas nordestinos, mineiros e riograndenses do sul, que obtiveram pronta e veemente aceitação da crítica - o romance de “assuntos paulistas” esteve representado, principalmente, por **Os Três sargentos**, de Ian de Almeida Prado, **Bagunça**, de David Antunes, **Terra Roxa**, de Rubens do Amaral, **Mana Maria**, de Antônio de Alcântara Machado, **Espigão da Samambaia**, de Leão Machado, **Floradas na Serra**, de Dinah Silveira de Queiroz e **Planalto**, de Flávio de Carvalho. Nenhum dos quais teve a repercussão literária da ficção produzida em outras regiões brasileiras.

De então por diante se avolumou obviamente a produção de romances em São Paulo, inspirados nas mais diversas escolas e tendências e refletindo, com maior ou menor sensibilidade, a realidade cultural paulista. Mas dois assuntos polêmicos - a caracterização do romance especificamente paulista e a importância do romance de São Paulo no quadro da ficção nacional - continuaram preocupando e desafiando os críticos e historiadores da literatura. Antônio D’Elia mostrou certa vez que não existia o “romance paulista” no sentido em que havia o romance nordestino, o mineiro, o carioca ou o gaúcho, pela simples razão de que, existindo temas bastantes característicos de outras regiões brasileiras, não haveria rigorosamente um “tema paulista”. De outra parte, Maria de Lourdes Teixeira falava da pequena contribuição paulista ao romance brasileiro, escrevendo: “Se contamos muitos poetas de boa categoria, desde as primícias de nossa literatura até o presente, já o mesmo não acontece com o romance, onde poucos ressaltam aqui e ali, como brilhantes exceções em meio a um deserto”.

Talvez o concurso instituído pela APL dê margem à elaboração de trabalhos que, reunindo novas informações e perspectivas para uma análise mais completa do tema, permitam que o assunto possa ser melhor esclarecido e nossa ficção avaliada em termos mais precisos.

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

O CONGRESSO DE VIENA (TALLEYRAND)

Os interesses do Saxe e da Prússia arranjaram-se não satisfazendo inteiramente nem àquele e nem a esta, mas por acordo entre eles (o Saxe manteve sua independência, embora cedendo à Prússia uma parte de seu território). Assim o princípio da legitimidade não teve de sofrer nesta importante circunstância. Resultou destes arranjos que a Rússia, que pretendia a posse total do ducado de Varsóvia, teve de desistir. A Prússia recuperou uma porção considerável (desse território), e a Áustria, que não interrompera a sua posse de uma parte da Galícia, recuperou alguns dos distritos que cedera em 1809... Prestando homenagem ao princípio da legitimidade pela decisão tomada a respeito do reino de Saxe, tinha-se (o Congresso) implicitamente pronunciado sobre a sorte do reino de Nápoles... A restituição do reino de Nápoles a Fernando IV consagrou de novo, por um grande exemplo, esse princípio...

Os acordos concernentes a várias outras partes da Itália tiveram por objeto estabelecer nesta península fortes contrapesos capazes de limitar o poder austríaco se as suas vistas ambiciosas se voltassem um dia para esse lado. Assim, o reino da Sardenha adquiriu todo o Estado de Gênova... A Suíça, ponto central da Europa, sobre o qual se apoiam três grandes áreas - a França, a Alemanha e a Itália -, foi, solene e perpetuamente, declarada neutra...

A erecção do novo reino dos Países-Baixos, acordada antes da paz, era evidentemente uma medida hostil à França... O resultado desta combinação pareceu-me, contudo, menos perigoso para a França do que se pensava, pois o novo reino levará muito tempo a consolidar-se... A

espécie de intimidade protetora que a Inglaterra pensa estabelecer entre ela e este novo Estado creio que deverá ser ainda por muito tempo uma sonho político. Um reino composto por um país de comércio (a Holanda) e um país de fábricas (a Bélgica, grosso modo a antiga Flandres) deve tornar-se um rival da Inglaterra ou ser anulado por ela e por consequência descontente.

A organização da Confederação germânica devia ser um dos elementos mais importantes do equilíbrio da Europa (composta por vários Estados alemães, reduzidos de 350 a 39, incluindo a Áustria, com a Boêmia, mas sem a Hungria, que fazia parte do império austríaco, tinha um órgão soberano: a Dieta, constituída pelos plenipotenciários dos Estados membros: dentro dela, duas grandes potências rivais, e Prússia e Áustria, equilibravam o seu poder)... A França regressava às suas fronteiras de 1792, que são ainda as de hoje, salvo quanto à Saboia e Nice, mais tarde adquiridas”...

(Talleyrand, Memórias, “apud” Freitas, Gustavo de - Novecentos textos e documentos de História, vol. III, 132-133. Lisboa, Plátano, 1976).

AMEAÇAS HOLANDESAS (ROCHA PITA)

Da tempestade que naquele tempo contra a monarquia de Espanha concitavam os holandeses, fazendo sinais em outras partes, vieram a cair os raios no Brasil. As altas ondas que levanta enfurecido o mar, não causam a ruína onde ameaçam, senão onde batem. As armas que naquela ocasião se estavam forjando nas oficinas belgicas, faziam perto a pontaria, e vinham a dar longe os golpes. Achava-se a Companhia Oriental formada nos seus Estados, abundante em cabedais com a navegação e conquistas das nossas praças da Ásia; e agora se animavam a invadir e conquistar outras em ambas as Américas, formando para esta nova empresa nova Companhia com o nome de Ocidental, não sem contrariedade entre os mesmos interessados, dos quais voltaram alguns não terem poder para sustentar tantas armadas em regiões tão distantes.

Diziam que de se empreenderem outras conquistas se seguia o faltar às primeiras com as naus e socorros precisos à conservação e aumento delas; que as suas forças juntas podiam permanecer triunfantes, e desunidas ser desbaratadas; mas pelos votos contrários foi vencida a razão da cobiça lisonjeada da fortuna; mostravam que os maiores interesses que podiam conseguir, tinham no Brasil e na Nova Espanha, e que em ambas estas regiões do Novo Mundo, tão opulento e rico, dariam a Felipe rei católico, monarca de tanto império (cujo poder lhes era sempre formidável) os golpes com que mais o podiam arruinar.

(História da América Portuguesa, 159-160. Rio, Jackson, 1964. Coleção "Clássicos Jackson, v. 30).

ESTRANGEIROS QUE ESCREVERAM SOBRE O BRASIL

CLAUDE D'ABBEVILLE (? - 1632)

O padre Claude d'Abbeville veio para o Brasil integrando uma missão de capuchinhos que acompanhou os franceses em sua tentativa de ocupação do Maranhão, no início do século XVII. Com ele, vieram os padres Yves d'Evreux, Arsène de Paris e Ambroise d'Amiens. Partindo de França em agosto de 1611, chegou ao Maranhão em julho de 1612. No Brasil ficou menos de um semestre e é notável que em tão pouco tempo tenha conhecido tão bem o campo de seu trabalho missionário, a ponto de produzir uma das obras capitais da bibliografia estrangeira sobre nosso país.

Rodolfo Garcia chega mesmo a afirmar que “o espólio desse missionário excede a tudo quanto deixaram outros viajantes estrangeiros da época, inclusive seu continuador, Ivo d'Evreux”. Suas observações sobre a natureza maranhense são altamente valorizadas pelos modernos estudiosos, inclusive no que se refere à flora e à fauna.

Seu livro, publicado em 1614, despertou enorme interesse em França a ponto de justificar uma reedição no mesmo ano. Mas tivemos que esperar quase trezentos anos para tê-lo ao nosso alcance, em nossa própria língua. De fato, foi só em 1874 que o escritor maranhense César Augusto Marques publicou uma tradução do famoso livro, tradução, aliás, julgada de maneira pouco favorável pelos conhecedores da bibliografia brasileira (“péssima tradução”, chega a dizer Rubens Borba de Moraes). E ainda assim, pouco contribuiu para a divulgação da obra, pois fora publicada por uma modesta gráfica da capital maranhense.

Mais setenta anos tivemos que esperar para termos uma tradução correta da obra de d'Abbeville, tarefa essa realizada por Sérgio

Milliet para a Livraria Martins Editora, de São Paulo, em 1945. A essa edição, que integra a preciosa “Biblioteca Histórica Brasileira” (vol. 15), Rodolfo Garcia acrescentou erudita introdução em que aponta, de maneira objetiva, os méritos do livro. Ao título da obra, acrescenta-se, à guisa de explicitação, “em que se trata das singularidades admiráveis e dos costumes estranhos dos índios habitantes do país”.

Consta o livro de 62 capítulos, que tratam: da viagem (1 a 8), dos primeiros contatos com os naturais da terra (9 a 16), do início da obra missionária (17 a 26), da organização da colônia e suas principais aldeias (27 a 34), do clima e fertilidade da terra (35 a 39), da fauna (39 a 42), dos índios tupinambás e seu relacionamento com os franceses (43 a 53), do regresso à França (54 a 56) e, finalmente, dos índios levados para a Europa (57 a 62).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Edição original: *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'isle de Maragnan et terres circonvoisines, où est triacté des singularitaz admirables et des moeurs merveilleuses des indiens habitants de ce pays.* Paris, Imprimerie de François Huvy, 1614. 395p

Ed. bras.: *História da missão dos R.P. Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças.* Trad. e notas de César Augusto Marques. Maranhão, 1874. 456p Reprodução em fac-símile, da primeira edição. Pref. de Capistrano de Abreu. Paris, Librairie Ancienne Edouard Champion, 1922. Tiragem limitada a cem exemplares, promovida por Eduardo Prado na série “Para melhor se conhecer o Brasil”.

História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas, em que se trata das singularidades admiráveis e dos costumes estranhos dos índios habitantes do país. Trad. de Sérgio Milliet; intr. e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo, Martins, 1945. 297p (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 15).

Reedição facsimilar da anterior, tendo a mais uma apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1975. (Coleção “Reconquista do Brasil”, v. 19).

SELETA

DA BELEZA DA ILHA DO MARANHÃO E CIRCUNVIZINHANÇAS

Claude D'ABBEVILLE

Há países férteis que não são bonitos, pois fertilidade e beleza são qualidades diferentes, embora uma contribua muito para a outra. A fertilidade depende mais da temperatura, e a beleza mais da simetria e da bela disposição das partes exteriores, como vemos no corpo humano ou em qualquer outra coisa bem construída. Da mesma forma consiste a beleza de um país na boa ordem e nas proporções externas de tudo o que lhe é necessário.

Ora, o Brasil não é somente muito fértil e bom, mas ainda muito bonito e muito agradável; o que aí é bom realça mais ainda a sua beleza, assim como o que nele há de belo aumenta maravilhosamente sua bondade. Tem grande extensão territorial e vai do lado setentrional da linha até a Patagônia, além do Trópico; e a partir da Ilha do Maranhão, na costa, estende-se até o Peru com igual clima e no mesmo paralelo da Castilha de Ouro. Não me refiro à suavidade do ar, à temperatura muito suave e agradável e a todas as particularidades de que já falamos e que fazem esta terra bonita, agradável e deleitosa.

Com relação especialmente à Ilha do Maranhão, deve-se confessar que é extremamente agradável, cercada pelo mar e com quatro ou cinco grandes rios que vêm se colocar e expandir-se em torno dela, oferecendo mil comodidades para a pesca de uma infinidade de peixes de mil espécies diversas. Por outro lado o verão é aí permanente e as águas nessa estação são agradáveis e deliciosas. Não se encontram grandes campos na ilha, a qual tem apenas 45 léguas de circunferência como já

disse, mas ela é grande proporcionalmente, com belos sítios, onde se localizam aldeias e casas conforme diremos oportunamente.

Aí não se encontram, tampouco, montanhas altas, mas tão somente pequenas colinas e vales onde se deparam inúmeras fontes muito bonitas e pequenos rios que regam toda a ilha em diversos sentidos e a tornam extremamente bela e agradável. Em sua maioria esses rios atravessam toda a Ilha por entre bosques verdejantes e florestas cheias de sombras. Outros rios maiores existem onde se pode navegar em canoas ou pequenas embarcações e assim passar de aldeia a aldeia.

Há muitas capoeiras e bosques onde é possível divertir-se caçando quando cansado de pescar. As palmeiras abundam por aí, mais ainda do que as outras árvores. É um verdadeiro jardim de palmeiras, e como a palma é o emblema da vitória pode-se dizer que essa ilha mais do que outros lugares é um verdadeiro campo de vitória, mesmo porque nenhum inimigo a pode vencer: ela permanece sempre vitoriosa, desassombrada diante de todos.

Quanto ao Continente, não é ele menos admirável do que a Ilha do Maranhão. Vêem-se aí campos grandes e bonitos a perder de vista, com várias povoações e aldeias separadas em sua maioria por colinas e pequenos vales. Em certos lugares existem belíssimas montanhas, admiráveis pela sua massa e altura, e as terras são de cores diferentes.

As sagradas escrituras encarecem a beleza do paraíso terrestre, principalmente por causa de um rio que aí nasce, dividindo-se em quatro outros. Sem atentar para o que há de misterioso nisso, limitar-me-ei a observar que esse país do Brasil é maravilhosamente embelezado e enriquecido por muitos grandes rios e regatos de dez a oitenta léguas de largura e de quinhentos a mil léguas de comprimento como já foi dito.

Espalham-se esses rios pela região a ponto de poder-se ir de canoa a toda parte, quer a passeio, quer para pescar os peixes desconhecidos na Europa e que aí existem em abundância para negociar, o que é de uma comodidade inexcusable. São ricos e cômodos esses regatos, mas não menos agradáveis pelas singularidades encontráveis, especialmente a de inúmeras ilhotas cheias de raridades. Esses belos rios temperam a tal ponto o ar e umedecem a terra que esta permanece sempre e florescente.

Em certos lugares há grandes e espessas florestas de árvores, entre nós desconhecidas, e que parecem muito medicinais pela goma e óleos odoríferos que produzem. Encontram-se também árvores retas, e muito altas, donde se tira a madeira amarela, o pau vermelho ou malhado usado na Europa para a fabricação de tinta ou de obras de valor e preço.

Apraz ver-se esses campos matizados de uma infinita variedade de cores lindas, de ervas e de flores diferentes das nossas, à exceção da beldroega que aí crescem espontaneamente sem ser semeada. E é impossível dizer quantas flores silvestres, bonitas e raras, se encontram por esses bosques e campos, montes e vales; nossos herboristas teriam aí no que empregar o tempo, pois é minha opinião que aí existem plantas raras e utilíssimas, pois as qualidades secundárias de virtude ou sensibilidade são tanto mais excelentes, quanto as qualidades primitivas de que provêm são temperadas pela influência do céu. À vista do clima tão suave deste país favorecido pelos céus, não cabe dúvida de que os metais, os minerais e as pedras, as gomas e os óleos e outras resinas, as madeiras e as raízes, as plantas e as flores e os frutos, tenham, cada um segundo sua espécie, muita força e virtudes internas e se revelem admiráveis em suas qualidades externas e sensíveis. Por isso, por toda parte, se acha grande número de flores raras e bonitas perfumando o ar tão gostosamente que se sentem antes mesmo de serem vistas. E, se são admiráveis pelo seu aroma suave, mais ainda se revelam por suas belas e vivas cores.

Não há nesse país outro jardineiro senão Deus e tão somente a natureza cuida das árvores, dos enxertos e das podas. Haverá melhor jardineiro? Pois não está escrito no Gênesis que ele fez a terra produzir todas as árvores agradáveis à vista e ao paladar? Há no Brasil inúmeras árvores frutíferas que crescem naturalmente graças apenas à providência do soberano jardineiro; e, embora não tenham jamais sido enxertadas nem tratadas de modo algum, não deixam de dar frutos em abundância, tão saborosos quão admiráveis. Entre os nossos bem mais tratados frutos nada encontramos semelhante em beleza e bondade aos desse país. Agrada vê-los e apetece comê-los, tão bonitos e deliciosos são.

O que há de mais extraordinário é que as árvores nunca perdem as folhas como as nossas no inverno; em qualquer época têm elas folhas, flores e frutos; pode-se dizer, de certo modo, ser esta terra

Plantatio dexteræ exelsi, uma planta da direita, isto é, da providência de Deus; pois nada aí cresce que não seja em virtude de sua graça exclusivamente.

Quem lá sem encontra sente incalculável prazer ante a diversidade de animais no meio da verdura permanente e, erguendo os olhos para o céu, tem igual satisfação. No alto das árvores andam os macacos de diversas espécies, saltando de galho em galho com destreza e agilidade admiráveis e fazendo mil trejeitos como para agradar-nos.

Outras árvores enchem-se de pássaros gorgendo entre frutos e flores como os nossos na primavera; todos têm linda e variada plumagem e são bonitos e vistosos como entre nós somente os príncipes e senhores possuem iguais, pagos a bom preço. Há muitos passarinhos de cores e plumagens tão raras que se conservam as peles inteiras dos mais curiosos; vêem-se inúmeros papagaios, pequenos e grandes, verdes e cinzas, amarelas e vermelhos, matizados de diversas cores, as mais vivas e belas que se possam imaginar. Em suma, tem-se aí com o que alegrar os olhos, o olfato e o paladar, ou melhor, renunciando à sensualidade, com o que reconhecer e louvar a providência e a bondade de Deus.

Não será por isso que se deu a esta parte do Ocidente o nome de Índias, como se fez com a parte oriental? Que quer dizer esse nome Índia, em hebreu? Quer dizer louvor. Não terá Deus reservado este país para nele ser louvado, no ocidente e até o fim do mundo? Mas também significa confissão; não chama Deus a si agora esta terra, não a chama à sua fé a fim de que reconheça e confesse seu santo nome? E também significa decora ou Pulchra, isto é belo, bem feito e bem enfeitado. E em verdade o Maranhão, na terra do Brasil, é bonito, bom e tão bem ordenado que com acerto se pode dizer **hortus odoratis curtissimus herbis**.

(História da missão... pp. 164-166.
Trad. Sérgio Milliet).

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se das datas em que foram publicadas).

374. UM “MINEIRO DA CAMPANHA”

Em freqüentes viagens que, em tempos que já vão bem longe, fazíamos pelo Sul de Minas, era sempre com emoção que visitávamos a histórica cidade de Campanha, com uma parada, mesmo sem necessidade, apenas pelo prazer de revê-la e recordar (talvez melhor sentir) seu significado histórico, seu passado glorioso de cidade culta e como berço de tanta gente ilustre que enobreceu o Brasil em seus variados setores. Dentre seus muitos filhos, permitam-nos evocar, nesta nota, não diríamos o maior deles, pois todos foram grandes, mas certamente o que mais se projetou como um dos grandes luminares da ciência brasileira.

Referimo-nos a Vital Brasil (1865-1950), de quem a cidade tanto se orgulha, como também dela ele sempre se orgulhou. Tanto que fez questão de inscrever o nome da cidade em seu próprio nome: em vez de assinar os sobrenomes da família, que seriam Santos Pereira, preferiu chamar-se Vital Brasil Mineiro da Campanha... E se o evocamos nesta nota não é apenas para recordar sua vida e obra, mas a circunstância de assinalar o dia de hoje o seu natalício, no ano de 1865.

Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, exerceu a clínica em algumas cidades do interior, notadamente em Botucatu, quando teve sua atenção voltada para uma ocorrência muito

freqüente e muito grave na vida rural brasileira: o perigo dos animais venenosos, notadamente as serpentes. Foi o que o levou a consagrar-se ao estudo do ofidismo, com a descoberta de soros especializados e pesquisas em torno do assunto. O Instituto que pãra isso fundou no bairro do Butantã, em São Paulo, adquiriu renome universal. Em 1919 transferiu-se para Niterói, onde fundou instituto semelhante, conhecido hoje pelo seu nome. E na antiga capital fluminense faleceu em 1950.

Antes, todavia, de fundar seu próprio Instituto, colaborou assiduamente com o Instituto Bacteriológico de São Paulo, ao lado das eminentes figuras de Afolfo Lutz e Emílio Ribas. Como trabalhou, também, em obras de saneamento no porto de Santos. Mas, foi o instituto soroterápico que projetou seu nome, bem como o livro que publicou, em francês, sobre a defesa contra o ofidismo.

Embora noutro setor, o trabalho de Vital Brasil no Butantã pode ser comparado ao de Oswaldo Cruz, em Manguinhos, contribuindo, ambos, para projetar o nome de nosso país no cenário científico internacional.

Apreciando a obra dos dois grandes cientistas, escreveu, com muita propriedade, o saudoso historiador paulista José Pedro Leite Cordeiro: “Não mais dependeríamos do estrangeiro para obtenção de vacinas e soros. Muito pelo contrário, dentro de pouco tempo, graças à sabedoria de Oswaldo Cruz e de Vital Brasil, iríamos beneficiar a humanidade, seríamos solicitados para colaborar na obra universal dos médicos e das instituições de todos os recantos do globo, porfiando na luta contra a morte, e, fato que nos enche de orgulho, até hoje aqueles dois institutos (Maguinhos e Butantã) permanecem fiéis às suas tradições, constituindo dois dos mais altos padrões da ciência universal”. 28-04-2001.

*

375. RONDON/RONDÔNIA

Coube ao eminente etnólogo e antropólogo Roquette Pinto (1884-1954), que participou da primeira expedição ao interior do Brasil

chefeada pelo então Coronel Rondon, em 1912, sugerir o nome “Rondônia” para designar a área compreendida entre os rios Juruena e Madeira, ou seja a região percorrida pelo ilustre militar e sertanista. Embora o objetivo precípua de sua primeira “excursão” fosse o estabelecimento de linhas telegráficas ligando extensas regiões do centro-oeste brasileiro, revestiu-se ela, bem como todas as outras, de profundo interesse científico, pois dela participaram engenheiros, militares, zoólogos, botânicos, etnógrafos, geógrafos, capazes de um levantamento científico para a abordagem de todas as áreas que pudessem interessar a um melhor conhecimento do Brasil.

O próprio Roquette Pinto intitulou “Rondônia” ao livro, precioso sob todos os aspectos, em que narrou sua participação na expedição rondoniana. Publicado originalmente em 1917, teve várias edições, sempre ampliadas, inclusive com colaborações de alguns de seus companheiros de viagem. A última edição integrou a preciosa coleção “Brasiliana”, da antiga Companhia Editora Nacional.

É necessário considerar que a denominação sugerida por Roquette Pinto nada tem com o atual estado de Rondônia, criado como território em 1943, denominado primitivamente “Guaporé” e só muito mais tarde (1956) tendo recebido o atual nome. Observe-se, entretanto, que o atual Estado está quase todo englobado na primitiva “Rondônia”, de Roquette Pinto.

Nessa região o renomado naturalista encontrou grupos indígenas que representavam talvez, naquele momento (1912) a “mais impressionante população selvagem do mundo”, que viveu até então completamente apartada do resto da população do Brasil. Foi sobre esse grupo - e mais os “pareci” e os “nhambiquara” - que o autor concentrou suas observações nessa obra clássica das explorações científicas no Brasil.

Aliás, convém que se observe que “Rondônia” de Roquette Pinto, embora o mais conhecido, não é o único livro sugerido pelas expedições do Marechal Rondon. Muitos outros surgiram pouco depois do regresso de suas viagens e uma excelente coleção poderia ser organizada só com o que se publicou como resultado das explorações científicas decorrentes das excursões rondonianas. O fato de seu primeiro intuito ter sido a ligação telegráfica estabelecendo comunicações com o

centro-oeste brasileiro, levou o governo a credenciá-lo como “patrono das comunicações”, assinalando o dia de seu natalício, precisamente o dia de hoje (5 de maio) como o “dia das comunicações”.

Importante pauta da rica biografia de Rondon foi sua designação pelo governo federal para assessorar Theodore Roosevelt, que depois de seu exercício na presidência dos Estados Unidos, empreendeu longa e utilíssima excursão pelos sertões do Brasil, dela resultando precioso título de nossa riquíssima bibliografia de viagens. 5-5-2001.

*

376. BELA REEDIÇÃO DE UM PRECIOSO “ROTEIRO”

Como um dos pontos altos do recente movimento editorial brasileiro colocaríamos o lançamento pela editora da Unicamp (em convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Feliz) do precioso “Roteiro da Navegação”, de Teotônio José Juzarte, que narra com todos os pormenores possíveis a jornada de uma monção partindo de Porto Feliz e dirigindo-se ao sul de Mato Grosso, onde o governo da capitania paulista determinara a fundação de uma “praça” vizinha à fronteira das colônias espanholas, às margens do rio Iguatemi. Praça que, falhando na sua finalidade precípua, resultou num presidio de tristes recordações na história paulista do final do século XVIII.

A edição que registramos é a primeira a ser tirada em volume avulso, aliás cuidadosamente impresso, pois as anteriores foram incluídas em periódicos ou em obras mistas, como os “Anais do Museu Paulista”, a “Revista do Arquivo Municipal” e o volume “Relatos monçoeiros”, organizado por Afonso de Taunay em 1954 com o caráter comemorativo do quarto centenário da cidade de São Paulo, com reedição em 1976.

A presente edição, a que se associam Campinas e Porto Feliz, foi preparada pelo Professor Jonas Soares de Souza, nosso prezado amigo e colega, a quem devemos a gentileza da oferta de um exemplar. Contém o texto integral do original e mais a introdução que para ele escreveu Taunay na edição do Museu Paulista. Ao volume recente, embelezan-

do-o sobremaneira, acrescentou o Professor Jonas a reprodução de numerosas estampas da velha Araritaguaba relativas ao movimento monçoeiro do século XVIII.

O original do roteiro de Juzarte pertenceu a Eduardo Prado e foi adquirido por Armando Prado quando diretor do Museu Paulista para integrar o arquivo da grande instituição do Ipiranga. O primeiro a consultá-lo, parece-nos, foi Capistrano de Abreu, recomendando-o a Taunay que também o lesse e, se possível o publicasse, o que, de fato, foi feito assim que o grande historiador assumiu a direção do Museu. Todavia, antes, Taunay já havia feito dele uma excelente análise, resumindo-o quase todo num dos capítulos de seu livro “Na era das bandeiras”.

Decorreu a viagem de Juzarte durante boa parte do ano de 1769, partindo de Porto Feliz, o porto tradicional das monções. Embora muitas expedições partissem Tietê abaixo, a maior parte delas visou a região de Cuiabá, enquanto que a de Juzarte tomou a direção do sul de Mato Grosso. Daí seu interesse. A riqueza de suas informações faz deste precioso códice uma contribuição inestimável para o que poderíamos chamar de “geografia retrospectiva” da longa região percorrida.

Cumprimentos ao Professor Jonas e aos editores que viabilizaram a presente publicação. 12-5-2001.

*

377. UM SACERDOTE FRANCO-GAÚCHO

É o melhor qualificativo que podemos dar ao Padre João Pedro Gay, nascido a 20 de novembro de 1815 e ordenado sacerdote em 1840. Destinado a uma missão no Uruguai, chegou a Montevidéu em 1842, mas ali pouco se demorou devido ao estado de sítio em que se encontrava a cidade. Preferiu vir para o Brasil, passando alguns anos no Rio de Janeiro, onde exerceu o magistério e cursou uma escola de medicina homeopática. Designado para uma paróquia no Rio Grande do Sul, para lá se dirigiu e lá nunca mais saíu, identificando-se de corpo e

alma com a província, com residência em Alegrete, São Borja e Uruguaiana, onde faleceu em 1891.

Dedicando-se, ao lado de sua função religiosa e, naturalmente sem prejuízo dela, a estudos históricos, tornou-se uma das maiores autoridades em história da terra sul-riograndense. Deixou numerosos escritos, alguns ainda inéditos e guardados no Instituto Histórico Brasileiro. Suas obras mais importantes, felizmente, encontram-se publicadas, embora, não tendo sido reeditadas, não são de consulta fácil. As duas mais significativas são a “História da República Jesuítica do Paraguai”, publicada na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, em 1863; e “A invasão paraguaia na fronteira do Brasil”, publicada por J. Villeneuve, no Rio de Janeiro, em 1867.

De sua obra ocupou-se demoradamente (em mais de vinte páginas) José Honório Rodrigues em seu livro “História e Historiadores do Brasil” (São Paulo, Fulgor, 1965). “Mestre da história regional” é como o caracteriza José Honório, que nunca foi homem de elogios fáceis.

Teve intensa participação comunitária nas cidades em que residiu, tornando-se, por isso, figura bastante popular; para tanto, muito contribuiu seus conhecimentos de medicina homeopática. Chegou a ter inúmeras propriedades; mas, tudo quanto conseguiu amealhar foi saqueado pelas tropas de Estigarríbia, quando da invasão de São Borja, o que o levou a transferir-se para Uruguaiana, onde veio a falecer.

Sua intensa participação - intensa e constante - na vida das comunidades, relembra José Honório Rodrigues, “dá à sua figura outros traços; não se trata só de um erudito, que conhece como ninguém os segredos da formação histórica daquele território, mas de um homem de carne e osso, que luta e age pelos ideais de sua época. Por tudo isso ele não só é conhecido pelos eruditos, mas vive na tradição local, como um exemplo raro de devotamento e dedicação”.

Há uma discordância quanto a data de seu falecimento no ano de 1891. Sacramento Blake, secundado por José Teixeira de Oliveira, dá o dia de hoje, 19 de maio; todavia, José Honório, que bem estudou sua vida e obra, dá o dia 10. Não importa, 10 ou 19, julgamos oportuno evocá-lo nesta rápida nota, testemunho do apreço em que, desde que conhecemos sua obra, sempre o tivemos. 19-5-2001.



UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I- INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II- FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III- INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

